

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR DE UBERLÂNDIA (IPC-CEPES): 40 ANOS DE HISTÓRIA



Dezembro/2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS – IERI
CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS ECONÔMICO-SOCIAIS
– CEPES**

Reitor

Valder Steffen Júnior

Diretor do IERI

Wolfgang Lenk

Coordenador do CEPES

Luiz Bertolucci Júnior

Organizadores e autores da publicação

Carlos Henrique Cássia Fontes

Graciele de Fátima Sousa

Pedro Henrique Martins Prado

Créditos da Capa:

João Ricardo Oliveira (Publicitário - Diretoria de Comunicação/UFU).

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do CEPES/IERIUFU.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais não são permitidas.

Como citar este trabalho:

FONTES, C. H. C.; SOUSA, G. F.; PRADO, P. H. M. **Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia (IPC-CEPES): 40 anos de história.** Uberlândia-MG: Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais/Instituto de Economia e Relações Internacionais/Universidade Federal de Uberlândia, dezembro, 2019. 57 p. Disponível em: <<http://www.ieri.ufu.br/cepes>>.

Apresentação

IPC-CEPES: 40 anos de Índice de Preços ao Consumidor em Uberlândia, respondendo à transição demográfica experimentada pela população uberländense.

A população do município de Uberlândia, dinâmico polo regional do Estado de Minas Gerais, ao final da Década de 70, passou a contar com informações precisas e sistemáticas do comportamento dos preços ao consumidor aplicados na cidade, quando a Universidade Federal de Uberlândia, por meio do CEPES, órgão de pesquisa do Instituto de Economia e Relações Internacionais, iniciou o cálculo do IPC-CEPES. O Índice de Preços ao Consumidor da cidade de Uberlândia/MG iniciou a publicação sistemática dos resultados no ano de 1979, adotando, nas duas primeiras décadas, a nomenclatura de IPC-UDI e se apresentou como importante indicador econômico que acompanharia, nos próximos 40 anos, a transição demográfica experimentada pela população uberländense, adequando-se às fortes mudanças nas estruturas de orçamento das famílias, resultantes das alterações demográficas que mudaram a composição e a estrutura das famílias residentes no município de Uberlândia.

No último ano da Década de 70, quando surgiu o IPC-UDI, as famílias uberländenses apresentavam não somente consideráveis diferenças demográficas se comparadas às famílias que, atualmente, aqui residem, como lidavam, por isso mesmo, com uma estrutura de consumo e manutenção de seus membros distinta daquela apresentada nos anos recentes.

Em 1979, a população uberländense crescia a incríveis taxas anuais de aproximadamente 7% a.a. (ao ano), aproximando-se do total de 240 mil habitantes e, predominantemente, com residência fixada na cidade e seus distritos, portanto, famílias com hábitos de consumo urbanos. Já nesta época, a população do município contava com maioria de mulheres, em larga medida

migrantes vindos dos municípios mineiros do entorno, bem como de diferentes regiões do País. A série Painel de Informações Municipais, publicada desde 2003 pelo CEPES/IERI, permite visualizar e acompanhar as transformações demográficas aqui resumidas.

As famílias na cidade de Uberlândia estavam não somente compostas por maior número de filhos nas idades infanto-juvenis, quase sempre com cinco ou mais filhos por mãe, mas também por outros membros familiares (parentes, como tios, avós, primos etc.), definidas como famílias estendidas. Mais de um terço dos residentes eram crianças, o que gerava a taxa de dependência de aproximadamente 60 crianças, com idades de até 14 anos, para cada grupo de 100 pessoas em idade ativa (15 a 64 anos). A idade mediana da população em Uberlândia estava em quase 22 anos e o índice de envelhecimento se aproximava de 9%, ou seja, nove idosos (pessoas com mais de 65 anos) para cada grupo de 100 crianças.

Interessante destacar que a estrutura demográfica das famílias überlandenses, famílias com maior número de membros e com mais crianças, refletiu de maneira contundente na estrutura de consumo adotada inicialmente pelo IPC-CEPES, resultante da pesquisa de orçamento familiar adotada naquela oportunidade. Anotou-se, naquele momento, que 53% dos gastos familiares eram direcionados, em média, para a alimentação, majoritariamente, a alimentação na residência. As mulheres já buscavam intensamente o mercado de trabalho e o sistema educacional do município, mas, ao final dos 70', encontravam-se importantes contingentes de mães cuidando de seus filhos e parentes idosos em casa. Não se observava o forte consumo de alimentação fora da residência, como o que se nota atualmente.

A permanência da família em casa, em boa parte das horas do dia, considerando que a pouca saída de mulheres e crianças da residência, seja por conta da não inserção no mercado de trabalho, seja por não contarem com ampla estrutura de escolas e creches, gerava, também, maiores gastos com produtos não alimentares, destacando-se neste grupo o relevante percentual de 8% dos gastos familiares com produtos de limpeza e higiene.

As famílias, de igual modo, na virada para a Década de 80, já sofriam expressivo impacto dos gastos com os serviços públicos e de utilidade pública (energia elétrica, água, telefone e outros), tendo que quase 10% dos seus

gastos mensais resultavam de seus compromissos financeiros com os serviços consumidos e que eram ofertados por empresas concessionárias públicas, em sua maioria.

Nestas famílias com maior número de membros, os gastos com outros serviços (médicos, pessoais, educação, veículo e domiciliares) pesavam na ordem de aproximadamente 21% do orçamento familiar. Interessante notar que os serviços domiciliares, com peso de sete p.p. (pontos percentuais) neste conjunto de serviços, incluíam também o pagamento de empregados domésticos, um tipo de serviço que poderá deixar de ser consumido, nas próximas décadas, pelas famílias com renda de até cinco salários mínimos.

Nas Décadas de 1990 e 2000, o IPC-CEPES manteve a regularidade mensal de seu cálculo e publicação, permitindo que os mais diversos contratos econômicos e sociais pudessem ser atualizados, sejam acordos trabalhistas, reajustes de preços de produtos e serviços, de contratos de alugueis, de estimativas de projetos empresariais, de preços públicos e monitorados, ou seja, Uberlândia se mantinha como uma das poucas cidades do interior do País, não capital estadual e fora das regiões metropolitanas, a contar com um centro de pesquisa dedicado, com estrutura de pessoas e recursos orçamentários direcionados pela Universidade Federal de Uberlândia, a realizar uma pesquisa sistemática do porte do IPC.

A população uberländense sofreu importante processo de amadurecimento demográfico no período compreendido entre o ano de 1979 e o primeiro ano do novo milênio, o ano 2000. Com a realização do censo demográfico de 2000, constatou-se que a população residente no município apresentava um ritmo de crescimento mais lento, com taxa de crescimento de 3,5% a.a., mas ainda bastante superior ao observado para a média da população brasileira, que, em 2000, crescia na ordem de 1,6% a.a. Uberlândia se consolidou como um município urbano, tendo em vista que concentrava 98% de sua população na cidade. No conjunto dessas mudanças demográficas, as famílias se tornaram menores, com até quatro membros, diminuindo o número de filhos, com a intensa saída das mulheres para o mercado de trabalho e para a participação no sistema de ensino superior, mostrando uma forte queda na taxa de fecundidade, e, por conseguinte, uma tendência explícita na diminuição do número de filhos.

Com a maior inserção feminina no mercado de trabalho e a diminuição do número de filhos, a taxa de dependência recua para 40%, ou seja, quase 40 crianças para cada grupo de 100 adultos nas idades ativas. Observava-se, em Uberlândia, no ano 2000, 71% de sua população residente nas idades para o trabalho, entre 15 e 64 anos, o que lhe criava uma excelente janela de oportunidade demográfica para o desenvolvimento equitativo que poderia beneficiar as famílias aqui residentes e seus membros.

Neste início da Década de 2000, a idade mediana, aquela idade que divide, exatamente, o contingente populacional ao meio, estava em 27 anos, e o índice de envelhecimento se mostra ainda pequeno, na ordem de 19%, ou seja, dezenove idosos para cada grupo de 100 crianças.

Frente a acentuada transição demográfica de uma população mais jovem para uma população adulta, com forte presença de pessoas nas idades para o trabalho ou estudo nas séries mais avançadas ou para a integração no ensino superior, o IPC-CEPES, acompanhando as transformações que consolidaram, em 2000, uma estrutura de consumo familiar diferente em relação à adotada no início de sua produção, passa a adotar uma estrutura de pesos dos diferentes grupos de produtos e serviços que o compõem, em 2001.

Observou-se que os gastos orçamentários das famílias diminuíram intensamente com produtos ou serviços relacionados à alimentação na residência e cresceram bastante no consumo de produtos não alimentares, principalmente de artigos de vestuário e de artigos voltados ao maior conforto da residência.

Com a maior presença dos membros da família no mercado de trabalho, cresceram de maneira relevante os gastos com alimentação fora da residência, que se aproximam de 8% no total da estrutura de gastos com o consumo familiar, e, em outro sentido, observou-se menor participação relativa dos gastos com alimentação na residência, que caem de 51% em relação ao total do orçamento familiar, em 1979, para 36%, em 2001.

Por sua vez, com uma família menor, mas com maior número de seus membros nas idades para o trabalho, cresceu o peso do gasto com outros produtos, seja de higiene pessoal, seja para a limpeza da moradia, principalmente pela maior utilização do emprego doméstico na manutenção e organização das residências.

As transformações demográficas que se intensificaram ao longo da Década de 2000 levaram à realização de novas pesquisas que captassem, de maneira atualizada, a estrutura de consumo das famílias brasileiras. Frente a estas mudanças que se observavam na população em geral, e nas famílias überlandenses, em específico, o CEPES mostrou importante reação de sua equipe de pesquisadores e, por meio de diversos estudos, reestruturou, pela segunda vez, o cálculo do IPC-CEPES em nove grupos componentes da estrutura de consumo, em 2006.

Ao longo da Década de 2000, as famílias residentes no município mantiveram ainda elevados gastos relativos com alimentação e bebidas: 30,5% do total de seus gastos orçamentários. Mas a estrutura de pesos dos produtos e serviços adotados para o cálculo do IPC-CEPES, em 2006, mostra que os gastos com habitação e os artigos de residência, com transportes, saúde e cuidados pessoais, vestuário, entre outros, passam a pesar de maneira significativa na estrutura de gastos familiares. Neste ponto, as famílias com rendas mais baixas, sem uma forte política de valorização do salário mínimo e de programas sociais implementados pelo Estado, poderiam sentir danosa pressão para conseguirem lidar com suas despesas diversas, sendo penalizadas em sua necessária estrutura de consumo que garantisse uma qualidade vida suficiente para a sobrevivência familiar.

Em 2010, o último censo demográfico realizado no Brasil, rico em detalhes ao nível dos municípios, mostrou que Uberlândia, experimentando de maneira mais intensa a transição demográfica observada no País, completava um ciclo de importantes transformações em sua população residente. Atingindo o patamar dos grandes municípios, com mais de 600 mil habitantes, mostra um arrefecimento no ritmo de crescimento anual, resultante numa taxa de crescimento mais lenta, na ordem de 2% a.a. Ainda assim, o município continua a crescer numa taxa anual de quase o dobro do observado para o Estado de Minas Gerais e também superior ao observado para o Brasil.

Uberlândia passa a contar, na Década de 2010, com famílias menores, com até 3 pessoas. A população infanto-juvenil, devido à queda na fecundidade, apresenta cada vez menor peso no contingente populacional, enquanto a população em idade ativa, homens e mulheres nas idades para o trabalho, atingem o pico de 72% dos residentes. A população überlandense

com perfil adulto atinge a idade mediana de 31 anos. Nas idades mais avançadas já se nota o crescimento da participação relativa dos idosos, quando a população com 65 anos e mais atinge quase 7% em relação à população total. Com a queda da fecundidade, ou seja, as mulheres no mercado de trabalho e com menor número de filhos, o índice de envelhecimento atinge a marca de 33 pessoas com 65 anos e mais para cada grupo de 100 crianças e adolescentes com até 14 anos.

As mudanças estruturais no tamanho e na composição da população residente passam a refletir na estrutura de gastos das famílias. O orçamento familiar, na Década de 2010, com famílias menores, passa a destacar o peso de gastos em outros grupos de produtos e serviços que não se evidenciavam nas décadas anteriores.

Dez anos após sua segunda reestruturação metodológica, o IPC-CEPES, acompanhando as mudanças socioeconômicas e demográficas experimentadas pelo município de Uberlândia e pelo País, como um todo, passa por nova reestruturação no ano de 2016, resultante de estudos realizados por sua equipe de pesquisadores. Destacam-se, agora, neste terceiro ajuste metodológico na pesquisa do IPC-CEPES, ainda que a alimentação e a habitação permaneçam com relevantes pesos na estrutura familiar de consumo, o crescimento dos gastos relativos das famílias com transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, vestuário e o expressivo aumento dos gastos com recursos de comunicação.

As pesquisas de orçamentos familiares recentes e que subsidiam a produção dos índices de preços ao consumidor retratam, em larga medida, as mudanças demográficas observadas nos últimos quarenta anos, e que alteraram a estrutura de consumo, de gastos das famílias com rendas mais baixas, com menos crianças, com pessoas mais adultas, compostas de mulheres buscando formação em nível superior e maior inserção no mercado de trabalho, além das famílias também experimentarem o processo de envelhecimento populacional, em que as pessoas ganham anos de vidas, saudáveis ou com incapacidades, atingindo idades mais avançadas.

Ressalta-se, portanto, neste trabalho que comemora os 40 anos do IPC-CEPES, o esforço realizado pela Universidade Federal de Uberlândia em manter uma pesquisa sistemática, com os recursos necessários, ao longo de

quatro decênios. Uma pesquisa que apresentou e continuará apresentando subsídios para que a população de Uberlândia possa acompanhar a dinâmica dos preços praticados no mercado, em nível do consumidor, para produtos e serviços, preços estes que devem ser monitorados como imprescindível informação econômica para a elaboração de projetos públicos ou privados, de organização das finanças familiares, de estudos que possam melhor compreender a dinâmica de um polo regional com influência não somente em sua região geográfica do entorno, mas também na área ampliada do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, sul do Estado de Goiás, noroeste do Estado de São Paulo, bem como de outras regiões brasileiras.

De igual modo, merece nosso reconhecimento a sociedade überlandense, que, por meio de diversas empresas e empresários, comerciantes, profissionais liberais, prestadores de serviços, responsáveis pelas famílias colaboraram e permanecem colaborando com as informações requeridas diariamente pela equipe de pesquisadores de campo que visitam os estabelecimentos e residências em busca da preciosa informação: os preços ao consumidor, que permitem a obtenção do IPC-CEPES.

Espera-se, para o próximo ano, a realização do censo demográfico de 2020. Caso seja realizado no nível de detalhamento dos últimos censos brasileiros, poder-se-á conhecer em minúcias a população überlandense e, a partir desta informação, trabalhar na realização de uma pesquisa de orçamento familiar (POF) que capte a estrutura de consumo das famílias aqui residentes, possibilitando a continuidade da produção do IPC-CEPES com o rigor científico que tem sido produzido até então.

O CEPES, nos dias que seguem, conta com uma equipe de pesquisadores com alto nível de qualificação, obtido a partir de acentuado esforço realizado nos últimos anos. Esta equipe, a qual inclui os autores desta publicação, está apta à manutenção e produção do IPC-CEPES, bem como poderá realizar uma POF-Uberlândia, nos próximos anos, se contar com os recursos necessários à realização desta pesquisa.

Uberlândia, com a pesquisa IPC-CEPES, está à frente de diversos outros municípios brasileiros no mesmo nível demográfico e que não contam com os recursos de pessoas e financeiros para a realização de pesquisa neste porte. Neste sentido, parabenizamos os pesquisadores e as pesquisadoras

que corajosamente iniciaram esta tarefa há quarenta anos, bem como agradecemos àqueles e àquelas que trabalharam e trabalham, diuturnamente, para que o índice seja disponibilizado, mensalmente, à comunidade überlandense.

Uberlândia – Minas Gerais, novembro de 2019.

Luiz Bertolucci Jr.
Coordenador do CEPES
Economista pelo IERI/UFU, Doutor em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG.

Ester William Ferreira
Gerente de Pesquisa
Economista e Doutora em Economia pelo IERI/UFU.

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR DE UBERLÂNDIA (IPC-CEPES): 40 ANOS DE HISTÓRIA

Resumo

Este trabalho apresenta como tema central a história dos 40 anos de elaboração e divulgação do IPC-CEPES. O objetivo é resgatar e registrar alguns fatos e detalhes que marcaram o desenvolvimento da Pesquisa Mensal de Preços, que é fundamental para o cálculo do índice. Por meio de um levantamento histórico-documental, investigando as publicações e os documentos do CEPES, e a partir de informações obtidas em entrevistas exclusivas com alguns dos diversos servidores que trabalharam diretamente com as atividades da Pesquisa Mensal de Preços foi possível construir uma linha do tempo das atividades relacionadas ao IPC-CEPES e compreender a sua origem e modernização ao longo dessas quatro décadas. O resgate histórico feito no trabalho mostra, entre outros detalhes, que: i) o primeiro boletim do IPC-CEPES foi divulgado em 1979, trazendo os resultados do índice para o mês de janeiro daquele ano; ii) as estruturas da cesta e de ponderação do índice se modificaram ao longo dos anos, sendo registradas três reestruturações; iii) o avanço tecnológico e as alterações da economia também influenciaram as modernizações e aperfeiçoamentos das atividades da Pesquisa Mensal de Preços. Este trabalho apresenta-se como uma publicação comemorativa dos 40 anos do IPC-CEPES, agrupando em um único documento os principais fatos da história do índice desde a sua origem.

Palavras-chave: Preços; Inflação; Resgate histórico.

UBERLÂNDIA CONSUMER PRICE INDEX (IPC-CEPES): 40 YEARS OF HISTORY

Abstract

The central theme of this study is the history of 40 years of elaboration and dissemination of the IPC-CEPES. The goal consists of redeeming and recording some facts and details that marked the development of the Monthly Price Survey, which is fundamental to the calculation of the index. Through a historical-documentary survey, investigating publications and documents, and from information obtained in exclusive interviews with some of the various servers that worked directly with the activities of the Monthly Price Survey, it was possible to build a timeline of activities related to IPC-CEPES and understand the origin and modernization of IPC-CEPES over these four decades. The historical review shows, among other details, that: i) the first results of IPC-CEPES were released in 1979, showing results of the index for January; ii) the structure of the basket and the structure of the weighting have changed over the years, with three restructurings; iii) technological advances and changes in the economy also influenced the modernization and improvement of the activities of the Monthly Price Survey. This study is a publication to commemorate the 40 years of the IPC-CEPES, grouping in a single document the main facts of the history of the index since its origin.

Keywords: Prices; Inflation; Historic rescue.

Sumário

1	Introdução	13
2	A Origem do Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia e a Década Perdida	16
3	Memórias do Desenvolvimento do Índice nos Anos de 1990	25
4	IPC-CEPES: continuidades, desafios e novidades nos anos 2000	33
5	Estabelecendo uma Nova Metodologia de Pesquisa a partir de 2015	41
6	Considerações Finais.....	49
	Referências	52
	Apêndice A.....	54

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR DE UBERLÂNDIA (IPC-CEPES): 40 ANOS DE HISTÓRIA

*Carlos Henrique Cássia Fontes*¹

*Graciele de Fátima Sousa*²

*Pedro Henrique Martins Prado*³

1 Introdução

Desde a sua fundação, em 1977, o Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES) tem se dedicado a estudar e elaborar pesquisas e bases de dados sobre a economia de Uberlândia e região, fornecendo conhecimento para a proposição de políticas públicas e tomadas de decisões. Ao longo destes anos, o CEPES desenvolveu diversos trabalhos em várias temáticas da Ciência Econômica, sendo a Pesquisa Mensal de Preços, idealizada nos primeiros anos da sua criação, a pesquisa mais antiga (e que continua ativa) deste centro.

Esta publicação é um retrato da história dos 40 anos de elaboração e divulgação do Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia (IPC-CEPES)⁴ pelo CEPES. Ela mostra a evolução da Pesquisa Mensal de Preços, destacando o apoio da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI), bem como a importância dessa pesquisa para a comunidade universitária e a sociedade uberlandense.

A partir do momento em que se decidiu elaborar uma publicação para registrar essa data comemorativa dos 40 anos de cálculo e divulgação do IPC-CEPES, iniciou-se a realização de uma pesquisa histórica-documental. Além

¹ Mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Economista do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da UFU.

² Doutora em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Economista do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

³ Mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Economista do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da UFU.

⁴ Inicialmente, o índice era denominado de IPC-UDI.

da investigação nas próprias publicações (os boletins do IPC, relatórios de reestruturação e notas metodológicas) e documentos do CEPES, que possibilitaram resgatar muitas informações e traçar a linha do tempo do IPC-CEPES, foram realizadas entrevistas com alguns dos vários pesquisadores que estiveram no CEPES trabalhando diretamente com a Pesquisa Mensal de Preços e com o desenvolvimento do índice.

A partir dos relatos dos entrevistados⁵, aos quais os autores desta publicação agradecem pela disponibilidade em responder as diversas perguntas desde a origem do índice, e com base no levantamento documental, esta publicação está estruturada em seções que visam apresentar os detalhes sobre a história e a elaboração do índice nestas quatro décadas. Além desta Introdução e das Considerações Finais, este trabalho contém mais quatro seções. Na seção 2, relata-se a origem do índice em Uberlândia. Já na seção seguinte, abordam-se alguns fatos da década de 1990. Na seção 4, a ênfase é explicitar os desafios e progressos nas atividades nos anos 2000. Por fim, a quinta seção versa sobre a última reestruturação realizada e retrata os procedimentos e a estrutura atual do IPC-CEPES.

Vale destacar que este texto reflete o melhor entendimento dos autores obtido a partir da revisão que foi possível realizar a partir da documentação existente e das recordações dos envolvidos na pesquisa nas últimas quatro décadas. Desse modo, este resgate histórico está sujeito a omissões e interpretações incompletas e/ou incorretas causada pela escassez de informações sobre diversas temáticas.

Por fim, em 40 anos de história do IPC-CEPES, diversos estudos e trabalhos foram realizados para garantir a qualidade da Pesquisa Mensal de Preços. Além disso, muitos profissionais qualificados (como: economistas, auxiliares e assistentes administrativos, docentes, técnicos da informação, entre outros) estiveram envolvidos nesta atividade desenvolvida no CEPES, que sempre contou com o apoio institucional e recursos da UFU e do IERI. Ressalta-se, ainda, que a produção e a divulgação do índice dependem da aceitação social: com a participação voluntária e compreensiva do comércio/serviço überlandense, que permite a coleta de preços de diversos

⁵ Álvaro Fonseca e Silva Júnior, André Luiz Teles Rodrigues, Carlos José Diniz, Henrique Daniel Leite Barros Pereira e Luiz Bertolucci Júnior.

produtos que compõem a estrutura da cesta de consumo do IPC-CEPES; e o interesse da imprensa de Uberlândia em divulgar os resultados da pesquisa.

Diante disso, registra-se o agradecimento a todos que colaboraram e/ou ainda colaboraram para a realização dessa Pesquisa e do desenvolvimento do Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia, que, por quatro décadas, se apresenta como uma informação importante para a economia uberlandense e para a avaliação do poder de compra da população.

2 A Origem do Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia e a Década Perdida

O IPC-CEPES, indicador de inflação em Uberlândia, é calculado e divulgado mensalmente desde 1979 pelo CEPES.

O projeto do IPC-CEPES teve início com um convênio⁶ firmado na década de 1970 entre a UFU e o Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD). Esta colaboração tinha como objetivo geral a elaboração de índices de conjuntura do desempenho da economia regional de Uberlândia. Mais especificamente, seus objetivos eram a elaboração de índices de preços, de custo de vida, e termômetro de vendas do comércio e da indústria de Uberlândia.

O funcionamento deste projeto proporcionará ao CEPES uma série de dividendos, como, a curto prazo, permitiria um maior aperfeiçoamento do quadro técnico e forneceria à classe empresarial de Uberlândia um fluxo constante de informações de evidente utilidade no processo de tomada de decisão sobre políticas de investimento. (UFU, [1978?], p.1-2).

No convênio definiram-se as responsabilidades dos envolvidos, cabendo ao IPEAD: i) fornecer assistência técnica para montagem e execução do projeto; ii) fornecer as ponderações obtidas no Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) 1974-1975 para a elaboração do IPC; iii) orientar na estruturação da coleta, crítica e apuração dos dados necessários à elaboração do índice; iv) orientar na elaboração dos formulários de coleta, desenho amostral dos informantes e quadros de apresentação final.

Em contrapartida, a UFU, por meio do CEPES, se comprometeu a fornecer pessoal técnico e burocrático necessário ao pleno desenvolvimento do projeto, a cobrir despesas de transporte e estadia do consultor técnico do IPEAD, e a custear as despesas operacionais (equipamentos, material de pesquisa, publicação, etc.).

Dessa forma, a metodologia de pesquisa para elaboração do índice em Uberlândia no final da década de 1970 foi fornecida pelo IPEAD, que, na época, já realizava o cálculo do IPC para Belo Horizonte. Os relatos dos

⁶ Apêndice A, Convênio IPEAD-UFU.

entrevistados apontam que a equipe técnica do CEPES, que ficou responsável pela implementação do índice em Uberlândia, realizou visitas técnicas ao IPEAD no ano de 1978. O objetivo dessas reuniões no IPEAD era compreender todos os procedimentos da elaboração do índice para que fosse possível aplicar todas as etapas em Uberlândia de maneira consistente.

Definidas todas as etapas, provavelmente, a coleta de dados tenha se iniciado em dezembro de 1978, permitindo a realização do cálculo do índice para o mês de janeiro de 1979. A publicação do resultado do IPC-CEPES de janeiro de 1979 ocorreu um mês após o fim da coleta de dados, pois no primeiro ano da elaboração do índice todo o cálculo foi realizado manualmente. No Apêndice A, é possível ver a capa dessa primeira publicação.

Nessa época existiam diversas planilhas de coleta e de cálculo que foram fornecidas pelo IPEAD. A coleta de preços dos diversos produtos que compunham a cesta de bens e serviços do IPC-CEPES era realizada nas planilhas de coleta e, posteriormente, estes preços eram lançados nas planilhas de cálculos para que fossem calculadas as médias semanais e mensais. Em seguida, esses valores eram registrados em outra planilha, na qual se realizava a multiplicação pelos pesos e, assim, estimava-se o índice. Menciona-se que, nesses primeiros anos, a estrutura de ponderação do índice era fixa no tempo.

Cabe registrar que, em 1979, o cálculo do IPC-CEPES era baseado na variação dos preços de quatro grupos de produtos: 1. Alimentação; 2. Produtos não-alimentares; 3. Serviços públicos e de utilidade pública; 4. Outros serviços. O quadro seguinte apresenta de forma mais detalhada a estrutura dos níveis de organização do índice composta por grupo, item e subitem (CEPES, 1979). Destaca-se, também, que essa organização dos níveis permaneceu até o início dos anos 2000, conforme será detalhado mais adiante.

Quadro 1. Estrutura de agregação do IPC-CEPES em 1979

- | |
|----------------------------------------------------|
| 1. ALIMENTAÇÃO |
| 1.1. Na residência |
| 1.1.1. Produtos Industrializados |
| 1.1.2. Produtos de Elaboração Primária |
| 1.1.3. Produtos In-Natura |
| 1.2. Fora da Residência |
| 2. PRODUTOS NÃO ALIMENTARES |
| 2.1. Artigos de Residência |
| 2.2. Artigos de Vestuário |
| 2.3. Produtos Farmacêuticos |
| 2.4. Outros Produtos |
| 3. SERVIÇOS PÚBLICOS E DE UTILIDADE PÚBLICA |
| 3.1. Transporte |
| 3.2. Comunicações |
| 3.3. Outros |
| 4. OUTROS SERVIÇOS |
| 4.1. Serviços Médicos |
| 4.2. Serviços Domiciliares |
| 4.3. Serviços Pessoais |
| 4.4. Educação e Divertimento |
| 4.5. Veículo Próprio |

Fontes: CEPES (1979).

Ademais, estes quatro grupos do índice estavam subdivididos em 420 produtos cujos preços eram coletados em 149 estabelecimentos, de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1. Número de informantes e de produtos na estrutura do IPC-CEPES em 1979

Itens	Produtos	Informantes
Alimentação	106	21
Vestuário	80	33
Residência	67	18
Produtos farmacêuticos	30	04
Outros produtos	37	14
Outros serviços	86	52
Serviços públicos e de utilid. pub.	14	07
Total	420	149

Fonte: CEPES (1979).

Nos primeiros anos, a equipe técnica responsável pela coleta de dados da Pesquisa Mensal de Preços não era numerosa, sendo composta por apenas três servidores. Porém, ao longo dos anos, com a expansão da cidade de Uberlândia, surgiu a necessidade de ampliar a amostra de estabelecimentos e de produtos coletados para que o índice continuasse a refletir a realidade da

dinâmica econômica de Uberlândia; destarte, tornou-se imprescindível que mais pessoas trabalhassem na pesquisa, especialmente, na atividade de coleta de preços.

No início da década de 1980, aconteceu uma alteração importante nos procedimentos de elaboração do índice. Até então, o cálculo do índice era feito manualmente (com calculadoras), mas, nos primeiros anos da década de 1980, o cálculo passou a ser realizado no computador de grande porte (*mainframe*) da *International Business Machines* (IBM) que utilizava a linguagem COBOL (Figura 1). Esse computador de grande porte ficava instalado e era administrado pelo Centro de Tecnologia da Informação⁷ (CTI) da UFU.

Figura 1. Computador de grande porte da IBM 3090



Fonte: University of Kentucky (s.d.).

Os relatos são de que houve uma preparação para que a metodologia do índice fosse implementada no computador de grande porte com o auxílio da equipe técnica do CTI. A partir deste momento, a maioria das atividades da Pesquisa Mensal de Preços passou a ser relacionada com os recursos do computador de grande porte, a geração e impressão de formulários para coleta, os relatórios de consistência/de resultados e o cálculo do índice.

Nas dependências do CEPES, eram entregues os formulários (em papel) para a realização das atividades de coleta de dados. Os questionários

⁷ O Centro de Tecnologia da Informação (CTI) da UFU já foi denominado de Centro de Processamento de Dados (CPD) e Núcleo de Processamento de Dados (NUPRO).

de coleta de preços eram impressos no CTI e distribuídos no CEPES entre os servidores que faziam a coleta externa de dados. Ressalta-se que a coleta de informações sempre foi diária. Havia também os questionários impressos para a coleta realizada via telefone, conhecida como coleta interna.

Após a coleta de informações, os questionários retornavam ao CEPES; primeiramente, parte da equipe fazia o somatório de preços de cada página do questionário e, em seguida, esses questionários (com o somatório) eram encaminhados para a digitação nos terminais ligados ao computador de grande porte. Como mencionado anteriormente, havia um terminal (Figura 2) instalado no CEPES no final da década de 1980, não tendo a necessidade de ir ao CTI para realizar a digitação dos dados.

Figura 2. Terminal da IMB 3278



Fonte: Jornadat (2016).

Esses terminais, compostos por monitor e teclado, eram equipamentos utilizados para acesso e interação com *mainframes*. Os terminais não tinham poder de processamento de dados e nem memória própria; eram ligados ao servidor, mas, apenas mostravam os questionários na tela e enviavam os comandos digitados pelos usuários. Eram conhecidos como terminais “burros”.

Finalizada a digitação de dados, geravam-se os relatórios digitados para a conferência da digitação e consistência de dados. Esses relatórios eram impressos no CTI (Figura 3) e continham o somatório dos preços digitados

(cálculo realizado no sistema), permitindo conferir se o valor da soma realizada inicialmente era igual ao somatório realizado no sistema.

Figura 3. Relatório impresso com os preços digitados - 1983

CÓDIGO DE PRODUTO	INFORMANTE	SEPARA-PESO	VALOR ANTIGUO	VALOR ATUAL
111014030	C01	4-C5	222,00	Cx.00
111016640	C01	4-C5	1.296,00	Cx.00
111010010	C01	4-C5	465,00	Cx.00
111012010	C01	4-C5	427,00	Cx.00
111017010	C01	4-C5	1.000,00	Cx.00
111017210	C01	4-C5	232,00	Cx.00
111020020	C01	4-C5	655,00	Cx.00
111021010	C01	4-C5	1.170,00	Cx.00
111027010	C01	4-C5	134,00	Cx.00
111020594	C01	4-C5	649,00	Cx.00
111024010	C01	4-C5	255,00	Cx.00
111024015	C01	4-C5	100,00	Cx.00
111023001	C01	4-C5	347,00	Cx.00
111015015	C01	4-C5	559,00	Cx.00
111015016	C01	4-C5	1.000,00	Cx.00
112012110	C01	4-C5	1.480,00	1.435,00
112022124	C01	4-C5	1.285,00	1.245,00
112022125	C01	4-C5	1.285,00	1.245,00
113000001	C01	4-C5	96,00	93,00
113015002	C01	4-C5	337,00	181,00
113015003	C01	4-C5	607,00	484,00
113018001	C01	4-C5	103,00	601,00
113018003	C01	4-C5	150,00	100,00
113019003	C01	4-C5	380,00	195,00
113019004	C01	4-C5	380,00	195,00
113019005	C01	4-C5	270,00	218,00
113026002	C01	4-C5	655,00	573,00
113026002	C01	4-C5	655,00	573,00
113026003	C01	4-C5	655,00	573,00
211019014	C01	4-C5	255,00	Cx.00
211019016	C01	4-C5	255,00	Cx.00
231006005	C01	4-C5	480,00	Cx.00
231010004	C01	4-C5	1.170,00	Cx.00
231014001	C01	4-C5	332,00	Cx.00
231014004	C01	4-C5	416,00	Cx.00
231014015	C01	4-C5	100,00	Cx.00
231014017	C01	4-C5	172,00	Cx.00
231014044	C01	4-C5	345,00	Cx.00
231017004	C01	4-C5	175,00	Cx.00
231018005	C01	4-C5	235,00	Cx.00
231018007	C01	4-C5	250,00	Cx.00
231018008	C02	4-C5	275,00	Cx.00
111065004	C02	4-C5	100,00	Cx.00
111075001	C02	4-C5	435,00	Cx.00
111075007	C02	4-C5	385,00	Cx.00
111017009	C02	4-C5	95,00	Cx.00
111017021	C02	4-C5	100,00	Cx.00
111024004	C02	4-C5	100,00	Cx.00
111024005	C02	4-C5	70,00	Cx.00
111024006	C02	4-C5	140,00	Cx.00
111024013	C02	4-C5	255,00	Cx.00
111027016	C02	4-C5	100,00	Cx.00
111027020	C02	4-C5	45,00	Cx.00
111027021	C02	4-C5	100,00	Cx.00

Fonte: CEPES (2019a).

Quando e se necessárias, as correções eram realizadas manualmente e, em seguida, digitadas nos terminais. Não havendo nenhum erro ou concluídas as correções, podia-se realizar, no sistema do computador de grande porte no CTI, o cálculo do IPC-CEPES. Convém mencionar que, nos terminais de digitação, era possível realizar uma prévia/simulação do índice.

Estimado o índice, os relatórios com os resultados eram gerados e levados para o CEPES, para que os economistas pudessem elaborar o boletim de divulgação do índice.

Nessa década não houve alteração na estrutura do índice. Porém, no final dos anos de 1980 já existia a percepção de que era necessário viabilizar uma atualização da estrutura de pesos do IPC, dado que a estrutura de ponderação e a estrutura da cesta de consumo do índice são peças-chave para o cálculo do IPC-CEPES. E essas estruturas sofrem alterações ao longo do tempo, em função da dinâmica socioeconômica. A definição e atualização são realizadas a partir das informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de um centro urbano. Na POF se

[...] avalia as estruturas de consumo, de gastos, de rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias, oferecendo um perfil das condições de vida da população a partir da análise dos orçamentos domésticos. [...] Os resultados da pesquisa possibilitam, ainda, estudar a composição dos gastos das famílias segundo as classes de rendimentos, as disparidades regionais, as situações urbana e rural, a difusão e o volume das transferências entre as diferentes classes de renda, bem como a dimensão do mercado consumidor para grupos de produtos e serviços. A pesquisa tem como unidade de investigação o domicílio e é realizada por amostragem. (BRASIL, 2019).

Logo, a pesquisa mostra o padrão de consumo dos brasileiros, e os resultados são a base para a atualização da cesta de consumo e da estrutura de ponderação para o IPC. Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) produz a POF⁸ tendo como abrangência geográfica o Brasil (áreas urbana e rural), sendo realizada para diversas capitais e regiões metropolitanas. Portanto, não há resultados de uma POF para a cidade de Uberlândia, de tal modo que o IPC-CEPES é elaborado com base nos resultados da POF de Belo Horizonte⁹.

Diante disso, o IPC-CEPES não é produzido com a condição ideal de um índice estruturado a partir das informações de uma POF de Uberlândia. Contudo, o CEPES já buscou (em diversos momentos) realizar uma POF em Uberlândia, aos moldes da pesquisa realizada pelo IBGE. A primeira iniciativa foi no ano de 1989, quando foi elaborado um projeto-piloto da POF do município de Uberlândia.

⁸ A POF realizada pelo IBGE está em sua sexta pesquisa (POF 2017-2018). As pesquisas anteriores foram: o Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) 1974-1975, com âmbito territorial nacional, à exceção das áreas rurais das Regiões Norte e Centro-Oeste; a POF 1987-1988; a POF 1995-1996; a POF 2002-2003; e a POF 2008-2009.

⁹ “A razão para a escolha se deve aos quesitos de proximidade pela possibilidade de hábitos de consumo similares, algo não mensurável sem estudos de consumo para Uberlândia e similaridade tributária, porque, ao estar na mesma unidade da federação, Uberlândia e tal região metropolitana compartilham de estrutura de tributos federais e estaduais.” (CEPES, 2017a).

Figura 4. Capa do projeto-piloto POF
em Uberlândia - 1989



Fonte: CEPES (2019a).

No projeto destacava-se a necessidade da atualização da estrutura de ponderação utilizada no IPC-CEPES, já que o sistema de cálculo do índice utilizava a estrutura de pesos advindos da pesquisa de 1974-1975. A intenção era atualizar os pesos e a cesta de consumo a partir dos resultados de uma POF-piloto em Uberlândia. Ressalta-se que o objetivo inicial era fazer uma POF-piloto devido à dificuldade de se conseguir os recursos necessários para o desenvolvimento de uma POF-ampla em Uberlândia junto aos agentes externos. Desse modo, o projeto-piloto deveria ser realizado pela própria UFU, com tentativas de conseguir recursos junto ao CNPq. Além disso, o projeto também apresentava a metodologia de execução que envolvia: i) definição do

desenho amostral; ii) coleta de dados; iii) treinamento; iv) controle de campo; e v) recursos humanos.

No levantamento histórico documental não foram encontradas informações a respeito da implantação desse projeto, o que sugere que o CEPES não conseguiu o apoio e os recursos necessários para realizar uma POF-piloto em Uberlândia no final da década de 1980. Uma vez que o projeto não avançou, o IPC-CEPES permaneceu com a mesma estrutura de ponderação nos anos seguintes.

3 Memórias do Desenvolvimento do Índice nos Anos de 1990

No início da década de 1990, o sistema de informática que objetivava a inserção de dados, crítica/consistência e cálculos de variações de preços e do índice, bem como a manutenção do cadastro de informantes, subitens e produtos do Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia (IPC-CEPES), ainda se baseava no computador de grande porte, mesmo com a modernização da infraestrutura e equipamentos do CEPES. Por conseguinte, os procedimentos para a elaboração do índice e os recursos utilizados pelo CEPES na execução desses procedimentos eram praticamente os mesmos desde os anos de 1980.

Diante disso, expõe-se que, durante a década de 1990, não houve uma reestruturação na metodologia. Dessa maneira, a estrutura do índice composta por quatro grupos, a organização hierárquica, o método de cálculo e a estrutura de ponderação continuaram sendo os mesmos desde a origem do IPC-CEPES.

Os relatos históricos indicam que havia a preocupação em atualizar as ponderações e reformular a estrutura de grupos do índice (migrar para o formato do índice desenvolvido pelo IBGE, que era com nove grupos). Entretanto, como todo o processo de desenvolvimento do índice era feito no computador de grande porte localizado no CTI, os economistas e assistentes administrativos que trabalhavam nas atividades do índice no CEPES não tinham controle do sistema operacional, não sendo possível fazer as alterações necessárias no sistema da época.

Adicionalmente, a equipe do CEPES não contava, naquele momento, com um servidor que fosse profissional da área de tecnologia da informação, o que impossibilitava um melhor entendimento, por parte da equipe, sobre o programa utilizado no cálculo do índice e como desenvolver um sistema, não só para inserção das alterações de caráter estrutural, mas, também, para transferir as atividades do computador de grande porte para a microinformática.

Destaca-se que o computador de grande porte localizado no CTI/UFU e os servidores da área atendiam às demandas de toda a universidade. Assim, as atividades do CEPES não eram e nem poderiam ser prioridade para os servidores/programadores lotados no CTI. Essas ideias e intenções de

melhorias que existiam nos anos de 1990 tornaram-se realidade nos anos 2000, como será apresentado na próxima seção.

Nesse cenário de esforços para realizar uma atualização na estrutura do índice, percebeu-se a necessidade de migrar para um sistema de banco de dados e de cálculo inteiramente baseado na utilização de microcomputadores. Logo, como revela documento do período, a equipe do CEPES desenvolveu projetos e solicitações de recursos para que fosse possível realizar uma reestruturação do sistema de informática referente ao cálculo do IPC-CEPES e, consequentemente, da estrutura do índice.

O projeto elaborado em 1996 solicitava produtos e serviços para melhorar a eficiência do desenvolvimento do índice. No documento apontava-se que o sistema baseado em computador de grande porte vinha apresentando alguns problemas, como atrasos na disponibilidade dos relatórios e baixa velocidade de inserção dos dados via terminais, além de ser um sistema rígido. Destarte, identificou-se que era necessário migrar para o sistema de microinformática, dados o volume de informações trabalhadas para a estimação do índice e a evolução da microinformática na época, em termos de capacidade de armazenamento e velocidade de processamento.

Ademais, no documento foi mencionada a necessidade urgente de desenvolvimento de um sistema para microcomputadores que permitisse a realização de diversas atividades relacionadas à elaboração do IPC-CEPES, o que tornaria mais eficiente e rápido o cálculo do índice e, por conseguinte, a divulgação dos resultados. No momento da concepção do projeto ficou decidido que o desenvolvimento desse sistema IPC seria realizado por uma empresa especializada em desenvolvimento de sistema (contratada após um processo de licitação), pois no CEPES não havia nenhum servidor/profissional especializado na área de informática que pudesse realizar tal atividade.

Além disso, o projeto também apontava a necessidade de ter mais servidores trabalhando na coleta externa de dados e de criar uma interface apropriada para que a coleta fosse realizada de uma maneira informatizada, a fim de dispensar o preenchimento dos questionários em papel e, assim, eliminar a fase de digitação dos preços. Entre outros apontamentos, o custo do projeto foi estimado em R\$ 14.996,00.

Infelizmente, na pesquisa documental não foi possível identificar se tal solicitação foi atendida e, caso tenha sido, em que momento isso ocorreu. O que se sabe é que o CEPES conseguiu alguns microcomputadores e que, nos anos seguintes (na década de 2000), houve o desenvolvimento de um *software* IPC.

Acerca dos primeiros microcomputadores usados pelo CEPES, as informações históricas obtidas indicam que estes equipamentos foram utilizados no início dos anos de 1990. Inicialmente, as atividades para o desenvolvimento do índice se resumia na elaboração do boletim (que deixou de ser datilografado por volta do ano de 1993), visto que, no início da década de 1990, esses microcomputadores não suportavam o *software* para fazer a programação de sistema. Portanto, não era possível que o cálculo do índice fosse realizado no laboratório de computação do CEPES (que começou a ser montado nessa década).

Dessa forma, mesmo com a implantação da microinformática do CEPES, o processo de cálculo do índice continuou sendo realizado no computador de grande porte. Contudo, durante a década de 1990 tornou-se possível utilizar esses microcomputadores para a inserção de dados, ou seja, para a digitação de preços. Os relatos apontam que, na época, já havia emulador de terminal para *mainframes*, isto é, um programa que permitia que um usuário utilizasse um computador pessoal para interagir com *mainframes*, possibilitando que esse microcomputador realizasse tarefas como se fosse um terminal de digitação, mantendo a mesma interface. Por conseguinte, aos poucos, a digitação de preços foi sendo totalmente transferida e realizada em computadores pessoais com emuladores instalados em sua estação de trabalho.

Essa alteração gerou grandes ganhos de produtividade para o CEPES no fim da década de 1990 e início dos anos 2000. Ao utilizar o microcomputador na tarefa de inserção de dados, tornou-se possível transferir as informações digitadas que estavam salvas no sistema do computador de grande porte para o microcomputador. Com estes dados salvos no computador pessoal, a análise crítica passou a ser feita por meio de planilhas eletrônicas (Lotus 1-2-3), dispensando os relatórios impressos, agilizando as atividades e tornando o desenvolvimento do índice mais sustentável ecologicamente.

Portanto, durante a década de 1990, a coleta de informações continuou sendo realizada em questionários impressos, a inserção dos dados era via digitação nos terminais e/ou microcomputadores conectados ao computador de grande porte e o cálculo do índice era realizado no sistema nesse computador de grande porte do CTI/UFU. Salienta-se que, com a instalação do laboratório de computação do CEPES, a elaboração do boletim, que antes era datilografado, passou a ser realizada nos computadores pessoais.

Narra-se, ainda, que os primeiros computadores adquiridos no CEPES foram comprados de maneira separada no fim da década de 1980 e início da de 1990, não sendo possível precisar em qual data tais equipamentos foram adquiridos.

Aparentemente, o primeiro computador do CEPES era do modelo IBM *Personal Computer XT* (Figura 5).

Figura 5. Computador IBM *Personal Computer XT*



Fonte: Prahatravel (2018).

Nesses anos, o sistema de armazenamento das informações (backup) envolvia os disquetes flexíveis que mediam oito polegadas (Figura 6) e tinham capacidade de armazenar 80 kilobyte (kB). Também foram utilizados disquetes de 5,25 polegadas e de 3,5 polegadas (Figura 7), este último disponibilizava até 1,44 megabyte (MB) de espaço para armazenamento.

Figura 6. Disquete de oito polegadas

Fonte: Dicas para computador (2011).

Figura 7. Disquete de 3,5 polegadas e driver desse disquete

Fonte: Dicas para computador (2011).

As primeiras impressoras adquiridas pelo CEPES eram as impressoras matriciais, nas quais diversos números do boletim IPC-CEPES foram impressos. Nos primeiros anos, o sistema operacional do computador era em DOS e, depois, com o desenvolvimento de sistemas operacionais mais aprimorados e produzidos pela Microsoft, o CEPES passou a utilizar Microsoft Windows em seus computadores. Não foi possível identificar quais recursos operacionais eram utilizados e quando a utilização começou. Entretanto, as informações disponíveis indicam que, nos anos de 1990, houve a aquisição de aplicativos de edição de texto, como o Word 2.0 e depois o Word 5.0, e de um aplicativo para construção de gráficos e de planilhas eletrônicas.

De acordo com um documento que foi elaborado em 1999, no final dessa década, a infraestrutura do CEPES envolvia um laboratório de informática equipado com: microcomputadores, impressoras de jato de tinta, impressoras laser, scanner de mesa e acesso a internet. Esses recursos facilitaram a inserção de dados e a análise crítica dos resultados, porém, a transferência dos procedimentos de cálculo nos microcomputadores, a

atualização da estrutura e a remodelagem do sistema ainda não foram possíveis neste período.

Convém evidenciar que, na primeira metade da década de 1990, o Brasil convivia com altas taxas inflacionárias em conjunto com uma estagnação econômica. Desse modo, a equipe técnica do CEPES enfrentava, além das dificuldades computacionais para a realização do cálculo do índice nos microcomputadores do CEPES, algumas adversidades no desenvolvimento das atividades relacionadas ao IPC-CEPES nesse período de elevada inflação, especialmente nos momentos de implementação de medidas dos planos econômicos, que visavam à estabilização da economia do país. Eram situações que exigiam atenção redobrada e adoção de procedimentos especiais para captar da maneira correta as variações de preços em Uberlândia.

Nesses momentos, definiram-se regras complementares para a realização da atividade de coleta de dados, ficando determinada a data exata para a realização da coleta de preços para cada produto em cada estabelecimento. Isto é, foi estabelecido o dia exato da semana e qual o período do dia (manhã ou tarde) em que cada estabelecimento seria visitado para a coleta de preços. E, nos meses em que ocorria mudança de moeda¹⁰, as adaptações eram feitas com base na legislação. Os responsáveis pelo desenvolvimento do índice de preços no CEPES definiam quais eram as alterações e encaminhavam para o CTI. Os técnicos do CTI geravam a programação e faziam as alterações na base de dados do índice que estava no computador de grande porte. As alterações envolviam a transformação dos preços dos produtos do valor base (que estavam na moeda antiga) na nova moeda do país.

Cabe lembrar que, em 1994, foi promulgada a Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994. A Lei dispunha sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, instituindo a Unidade Real de Valor (URV) (BRASIL, 1994a). Então, a partir de 1º de julho de 1994 a moeda corrente do

¹⁰ Durante todo o período entre 1979 e 1994, a economia de Uberlândia conviveu com uma inflação superior a 50%, sendo que em seis anos (1988, 1989, 1990, 1992, 1993 e 1994) o índice esteve em um patamar de quatro dígitos (CEPES, 2019b). Com a moeda perdendo valor tão rapidamente, as tentativas de controlar a inflação e as mudanças de moedas eram frequentes. Para mais detalhes sobre os planos econômicos e as diferentes moedas que estiveram em circulação no período, conferir Abreu (2014).

Brasil passou a ser denominada Real e o Cruzeiro Real deixou de ter curso legal e poder liberatório. Logo, a estimativa do IPC na transição para o Real exigiu a realização de algumas ações. A partir de julho de 1994, o IPC-CEPES passou a refletir a inflação em Reais, sendo que a recomendação do IBGE, no cálculo dos índices de preços na transição para o Real, era combinar os preços coletados em Reais e Cruzeiros Reais convertidos, de acordo com a data da coleta, para URV (BRASIL, 1994b). A documentação existente indica que foi este o procedimento adotado no CEPES no período de mudança de unidade monetária no país.

A análise crítica dos dados continuou sendo a mesma desde 1979, sendo que em caso de preço zerado para algum produto (sendo indiferente o tipo de produto e a causa da ausência de preço), a regra era: a exclusão desse produto do cálculo do índice para aquele mês de referência. Portanto, uma análise crítica diferente da realizada atualmente, que adota a regra de imputação de preços detalhada na metodologia do Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor (SNIPC) do IBGE.

Por fim, expõem-se as modificações realizadas no boletim do IPC-CEPES e na maneira de divulgação dos resultados ao longo dos anos de 1990. Na primeira década de elaboração do índice, o boletim do IPC-CEPES era datilografado e isso permaneceu sendo realizado nos primeiros anos de 1990. Previamente, o formato do boletim era construído/rascunhado à mão e depois se fazia a datilografia do documento. Não era possível inserir gráficos nesses boletins, as únicas ilustrações incluídas eram as tabelas e quadros (feitos manualmente).

Com o advento e popularização da microinformática, em 1993 o boletim passou a ser elaborado em computadores. Nos anos que se seguiram foi possível a inserção de gráficos e de imagem. Os boletins sobre os resultados do IPC-CEPES nessa época não eram extensos, geralmente apresentando menos de dez páginas. Esses boletins mensais do IPC-CEPES, que englobavam os resultados do cálculo do índice do mês de referência, eram utilizados na divulgação e enviados para pessoas e órgãos interessados.

Ademais, as informações do IPC-CEPES também faziam parte do boletim do CEPES, que, no fim da década de 1990, provavelmente em 1997, passou a ser denominado de Desenvolvimento Socioeconômico (DSE) –

Boletim do CEPES, que continuou englobando outras temáticas/seções de autoria de servidores e de docentes do Departamento de Economia, além dos resultados do IPC-CEPES. Contudo, não se sabe o motivo, esse boletim geral do CEPES deixou de existir, de forma que os resultados do índice passaram a ser publicados apenas no boletim do IPC-CEPES.

A divulgação do boletim e dos resultados do IPC-CEPES nos anos de 1990 alterou-se um pouco em relação aos anos anteriores. Por meio da pesquisa documental, percebeu-se que, inicialmente, a divulgação do IPC-CEPES ocorria de maneira mais interna no âmbito da UFU.

A partir da implementação dos planos econômicos no Brasil, que visavam à estabilidade da economia do país, o IPC-CEPES passou a ter mais visibilidade. Por isso, a divulgação se tornou ainda mais profissional, em formato de coletiva de imprensa e visando atender não somente a comunidade universitária, mas também os demais segmentos da sociedade überlandense. O boletim impresso era enviado para as pessoas interessadas em recebê-lo. A criação dessa lista e o envio começaram por volta de 1993.

4 IPC-CEPES: continuidades, desafios e novidades nos anos 2000

Atento às mudanças no padrão de consumo das famílias uberlandenses e nas tecnologias disponíveis, o CEPES realizou uma série de alterações na forma de coleta, processamento de dados, cálculo e divulgação do IPC-CEPES a partir do início dos anos 2000.

Como primeiro passo da modernização do índice, em 2000 e 2001 a equipe do CEPES trabalhou na atualização dos pesos utilizados no cálculo com base na proposta de Bertolucci Jr. (1995) de adaptar para Uberlândia a POF 1987-1988, realizada pelo IBGE para Belo Horizonte. A organização de grupos e subgrupos foi mantida apesar das diferenças com a estrutura utilizada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Por outro lado, a nova ponderação permitiu que o índice local passasse a refletir as alterações nos hábitos de consumo das famílias uberlandenses.

As alterações de ponderação com maior impacto ocorreram nos grupos “Alimentação” e “Produtos Não Alimentares”. O primeiro grupo perdeu importância nos gastos totais da família, passando de 53,08% para 35,77%. Já o peso do segundo grupo aumentou de 16,11% para 35,15%, indicando que os gastos com esse grupo de produtos se tornou muito similar aos gastos com alimentação. Os aumentos ocorreram principalmente nos itens “Artigos Residenciais” (de 4,04% para 9,93%) e “Artigos de Vestuário” (3,11% para 11,73%).

Tabela 2. Estrutura de ponderação do índice durante sua criação e após a reestruturação de 2001

Grupos	Jan./1979	Jun./2001
1. ALIMENTAÇÃO	53,08	35,77
1.1 Na residência	51,22	28,09
1.1.1 Produtos Industrializados	20,59	11,23
1.1.2 Produtos de Elaboração Primária	18,30	11,74
1.1.3 Produtos In-Natura	12,33	5,12
1.2 Fora da Residência	1,86	7,68
2. PRODUTOS NÃO ALIMENTARES	16,11	35,15
2.1 Artigos de Residência	4,04	9,93
2.2 Artigos de Vestuário	3,11	11,73
2.3 Outros Produtos	8,26	9,90
2.4 Produtos Farmacêuticos	0,70	3,59
3. SERVIÇO PÚBLICO E UTILIDADE PÚBLICA	10,27	11,80
3.1 Serviço Público e de Utilidade Pública	10,27	11,80
4. OUTROS SERVIÇOS	20,54	17,28
4.1 Serviços Médicos	6,47	2,76
4.2 Serviços Domiciliares	5,98	6,85
4.3 Serviços Pessoais	2,40	2,11
4.4 Educação e Divertimento	3,07	2,81
4.5 Veículo Próprio	2,62	2,75

Fonte: CEPES (1979; 2001).

Os novos pesos foram adotados no cálculo do índice de preços em junho de 2001. No boletim seguinte, referente ao período entre julho e novembro de 2001, o índice abandonou a nomenclatura IPC-UDI e passou a ser chamado de IPC-CEPES.

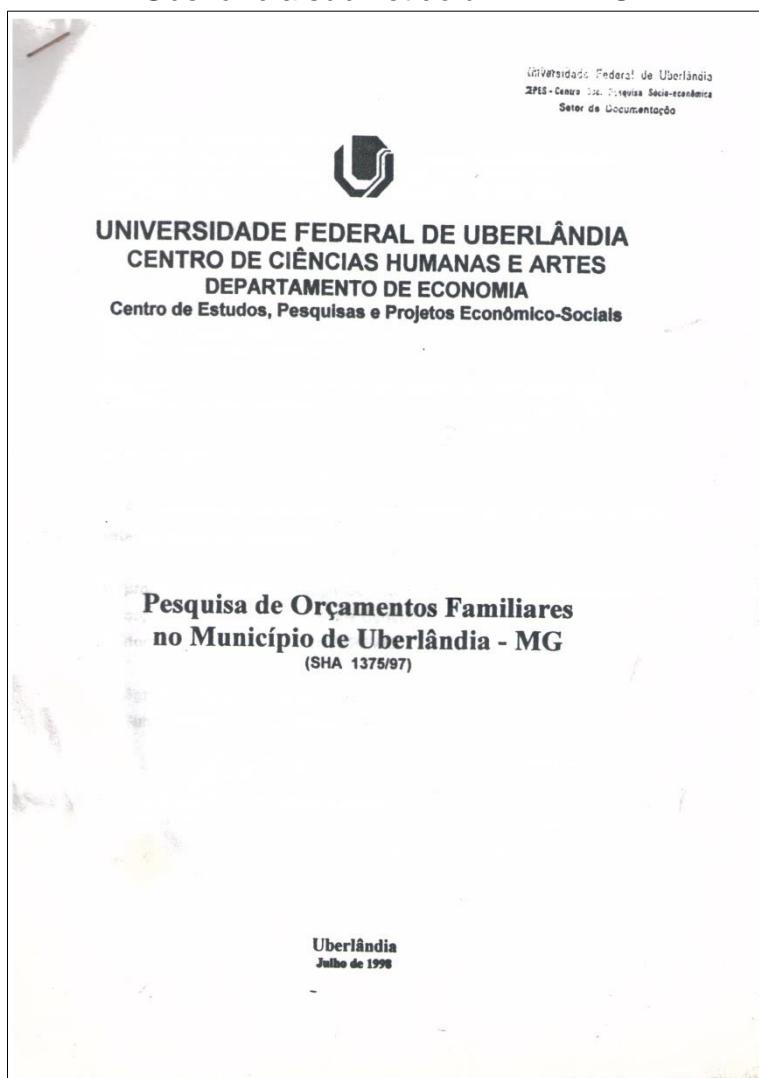
Outra mudança importante ocorrida no período diz respeito às tecnologias empregadas. A difusão da utilização de microcomputadores possibilitou à equipe do CEPES, já na década de 1990, realizar a inserção dos dados e acompanhar os cálculos realizados diretamente em seu laboratório de informática, além de permitir a formulação de textos e relatórios. Contudo, como visto na seção anterior, a incorporação do processamento dos dados coletados e do cálculo do índice não foi possível apesar dos esforços realizados. Apenas na década de 2000, com o avanço da informática e por intermédio de uma nova parceria com o CTI, foi possível completar a transição do cálculo do IPC-CEPES. Durante um longo período, desenvolveu-se um sistema próprio para as tarefas cotidianas da elaboração do índice de preços. O resultado foi a implementação do Sistema IPC a partir de agosto de 2001.

Desse modo, o cálculo do índice deixou de ser executado pelo *mainframe*, passando a ser realizado pelo Sistema IPC (em microinformática).

Essa primeira versão do Sistema IPC foi desenvolvida pela equipe do CTI e era composto por: i) IPC Backend (feito em Delphi); ii) IPC Móvel - Palms (feito em Pocket Studio); iii) Banco de Dados (Interbase).

Ainda em 2001, como parte de um processo mais profundo de reestruturação do índice, iniciou-se a execução de um projeto, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), para a elaboração e realização de uma POF em Uberlândia. Este projeto, intitulado “Pesquisa de Orçamentos Familiares no Município de Uberlândia”, foi elaborado em 1997/1998 e submetido a uma chamada pública de 1997 da FAPEMIG. Após a aprovação, foi assinado o termo de outorga e aceitação do auxílio, de modo que o projeto passou a ser executado em 05 de abril de 2001.

Figura 8. Capa do projeto POF em Uberlândia submetido à FAPEMIG



Fonte: CEPES (2019a).

O projeto foi desenhado para ser executado em 18 meses e tinha como objetivo realizar uma POF-ampla em Uberlândia. No projeto, os valores dos recursos solicitados eram no montante de R\$ 230.416,66, todavia o auxílio aprovado foi de apenas R\$ 33.559,72. Mesmo diante de um valor muito inferior ao que fora solicitado para realização da pesquisa, a equipe técnica da pesquisa aceitou os recursos liberados planejando captar o restante dos recursos em outras fontes.

A pesquisa contava com apoio dos departamentos de Economia, Geografia e Sociologia da UFU, sendo que a equipe técnica da pesquisa envolvia economistas, docentes, geógrafos, analistas de sistema/programador, assistentes administrativos, alunos de graduação e um consultor técnico

externo. Inicialmente, a equipe desenvolveu a metodologia da pesquisa, elaborou e testou os instrumentos de coleta de dados.

Concluída a etapa de desenvolvimento dos questionários, definiu-se que era necessário contratar dez entrevistadores por um período de 12 meses. Entretanto, os recursos da FAPEMIG não podiam ser usados para pagamentos de salários, assim, a parcela não foi liberada pela agência de fomento.

O relatório final da pesquisa, enviado à FAPEMIG, relata que a equipe conseguiu junto à Diretoria do Instituto de Economia encaminhar a contratação de dez estagiários, contudo, a pesquisa de campo não foi realizada. Registrase, ainda no relatório, que a pesquisa não utilizou a totalidade do montante que havia sido aprovado. O restante do valor não foi alocado e foi devolvido para FAPEMIG ao final do prazo de conclusão da pesquisa.

No prazo de 18 meses não foi possível realizar todas as atividades previstas no projeto de pesquisa. Por isso, houve uma tentativa de pedir prorrogação de prazo do convênio, que não obteve êxito.

O trabalho precisou ser interrompido em 2003 devido à escassez de recursos financeiros e temporais para a realização completa da pesquisa e, portanto, a POF-ampla não foi realizada em Uberlândia. Os resultados preliminares, porém, permitiram avaliar a viabilidade de novas tentativas de realização de uma POF focada no município nos anos seguintes.

É indiscutível a importância de realizar uma POF em Uberlândia para atualizar a estrutura de ponderação e a cesta de bens e serviços do IPC-CEPES a partir das informações de gastos e consumo das famílias uberlandenses, de modo que o índice reflita com mais precisão a inflação no município. Entretanto, como relatado, a execução de uma pesquisa tão ampla não é um trabalho trivial e de baixo custo. As tentativas de fazer uma POF para a cidade de Uberlândia mostraram que é preciso apoio e recursos externos ao CEPES.

Mesmo em um cenário de dificuldades para concluir a realização de uma POF em Uberlândia, o CEPES continuou pondo em prática outras melhorias na elaboração do índice. Além de implantar o Sistema IPC, novas tecnologias foram incorporadas nas tarefas diárias. Dentre as novas ferramentas, destaca-se de Assistentes Pessoais Digitais (PDAs, pela sigla em inglês), que facilitaram as atividades de coleta e processamento dos dados obtidos pela

Pesquisa Mensal de Preços. Os equipamentos permitiram abandonar parcialmente a coleta em papel, tornando mais prática a coleta e reduzindo as atividades de digitação. A implementação da coleta eletrônica iniciou em fevereiro de 2003, após um longo processo de desenvolvimento dos mecanismos necessários para tornar a utilização dos PDAs compatível com o Sistema IPC.

Figura 9. Imagens dos PDAs utilizados na coleta externa de preços no CEPES



Fonte: CEPES (2019a).

Notas: Palm IIIxe, Palm m125 e HP Ipaq 110, da esquerda para direita.

A implantação do Sistema IPC, que possibilitou a internalização do cálculo do índice de preços, e da coleta eletrônica, que agilizou a coleta e o processamento dos dados, permitiu que o CEPES passasse a trabalhar nos detalhes para uma nova e mais profunda reestruturação do IPC-CEPES. Como a pesquisa que visava realizar uma POF em Uberlândia foi interrompida, a equipe elaborou a reestruturação do índice a partir de uma POF mais recente do IBGE.

A nova estrutura e ponderação do IPC-CEPES passaram a ser utilizadas em janeiro de 2006. A primeira grande alteração foi a adoção da estrutura de nove grupos utilizada pelo IBGE: 1. Alimentação e bebidas; 2. Habitação; 3. Artigos de residência; 4. Vestuário; 5. Transportes; 6. Saúde e cuidados pessoais; 7. Despesas pessoais; 8. Educação; e 9. Comunicação. Adicionalmente, o nível hierárquico foi reorganizado assumindo cinco níveis: grupo, subgrupo, item, produto e marca. Essas mudanças possibilitaram comparar a evolução dos preços dos grupos de Uberlândia com a evolução em outras localidades acompanhadas pelo IBGE.

Além disso, foram incorporados novos bens e serviços consumidos pela população-objetivo, enquanto outros produtos que não representavam fração importante do orçamento familiar foram eliminados. Novamente, os pesos foram atualizados, de modo que a fração referente à alimentação voltou a cair, passando de 35,77% para 30,49%, isto é, em menos de três décadas a alimentação deixou de representar mais da metade e passou a ocupar menos de um terço dos gastos familiares. Por fim, a descrição das marcas coletadas se tornou mais detalhada, de forma que os preços dos produtos passaram a ser acompanhados de maneira mais precisa ao longo do tempo.

Tabela 3. Estrutura de ponderação do índice
após a reestruturação de 2005

Grupos	Jan./2006
1. Alimentação e bebidas	30,49
2. Habitação	19,84
3. Artigos de residência	7,21
4. Vestuário	5,85
5. Transportes	16,9
6. Saúde e cuidados pessoais	8,99
7. Despesas pessoais	6,17
8. Educação	2,62
9. Comunicação	1,91

Fonte: CEPES (2006).

Em 2011, houve o desenvolvimento da segunda versão do Sistema IPC por uma equipe especializada em desenvolvimento de software. Nessa versão criou-se um conjunto de sistemas para automatização e produção do cálculo do IPC-CEPES, visando tanto melhorar a qualidade das informações utilizadas, quanto aumentar a quantidade de preços de produtos coletados, sempre mantendo um padrão de segurança e confiabilidade adequados.

O Sistema IPC, em sua nova versão, era composto por: i) software para plataforma PC desenvolvido usando o Microsoft Visual Studio 2008, feito em .Net Framework 3.5, linguagem C#; ii) software para dispositivos móveis (IPC Móvel) também feito em .Net Framework 3.5, linguagem C#; iii) banco de Dados (PostgreSQL), sendo o repositório de informações necessárias para a geração do índice.

Ao final do desenvolvimento do projeto da segunda versão do Sistema IPC foram liberados os seguintes produtos: i) *software* para dispositivos móveis (IPC Mobile); ii) *software* para plataforma PC (IPC Desktop); iii) banco de dados; iv) apostila de treinamento para IPC Mobile; v) apostila de treinamento para IPC Desktop; vi) Diagrama Entidade Relacionamento (DER); vii) Plano de Desenvolvimento do Software (PDS); viii) Diagrama de Classes (DC); ix) Relatório de Escopo Detalhado (RED); x) Termo de Garantia do Projeto; xi) Documentação do código-fonte; xii) Código-fonte; xiii) Repositório versionado do fonte (*Concurrent Version Systems – CVS*).

Essa segunda versão do sistema vem passando por várias atualizações, que permitem sua utilização até os dias de hoje.

Destaca-se, ainda, que, no fim dos anos 2000, todos os órgãos da UFU estavam desenvolvendo uma página eletrônica própria. Assim sendo, a direção do IERI e a equipe do CEPES começaram a produzir um site para o CEPES. Com a geração dessa página, tornou-se possível hospedar os resultados das pesquisas realizadas pelos técnicos do CEPES, o que permite a inserção do Boletim do IPC-CEPES todos os meses.

5 Estabelecendo uma Nova Metodologia de Pesquisa a partir de 2015

Ao longo dos 40 anos, a infraestrutura e os recursos do CEPES envolvidos na pesquisa alteraram-se significativamente. Conforme a cidade de Uberlândia crescia, tinha-se uma expansão na pesquisa com o aumento do número de estabelecimentos a serem visitados. Então, mais servidores foram requisitados para exercerem atividades na Pesquisa Mensal de Preço. E, com o aumento do quadro de profissionais no CEPES, também houve mudanças e ampliação no espaço físico utilizado.

Atualmente, a equipe do Observatório de Preços, responsável pela realização da Pesquisa Mensal de Preços, é composta por: quatro economistas; sete servidores que realizam, diariamente, a coleta externa e interna de dados; e um estagiário de graduação. Mensalmente, são coletados e analisados mais de 8.000 preços para os 235 subitens que compõem a estrutura da cesta de consumo do IPC-CEPES. Essa estrutura do índice não é a mesma estrutura que fora definida na reestruturação de 2005/2006. Trata-se de uma nova estrutura desenhada na reestruturação metodológica iniciada em dezembro 2015. Dessa forma, a partir de janeiro de 2016 e até o momento atual, o IPC-CEPES é produzido seguindo essa nova metodologia.

A decisão de realizar uma nova reestruturação do índice objetivou atualizar a cesta de consumo (conjunto de bens/serviços, em determinadas proporções e quantidades, que é consumido pela população-objetivo) do índice e de adequar a metodologia do IPC-CEPES, tornando-a igual ao método utilizado pelo IBGE na estimativa do INPC. Ademais, considerou-se “a recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), instituição balizadora das referências para o acompanhamento dos custos de vida, para uma atualização do índice a cada dez anos, no máximo”. (CEPES, 2017a).

Nessa reestruturação houve várias alterações. Os procedimentos estão relatados em CEPES (2017a), documento elaborado durante a restruturação. O relatório está disponível na página virtual do CEPES, sendo possível ter mais detalhes das ações executadas e das modificações no índice que serão, brevemente, relatados neste documento.

As etapas da reestruturação envolveram a reestruturação da atividade de coleta, da composição da cesta e do formato do boletim, além de uma modernização no método de cálculo e adaptação do Sistema IPC-CEPES.

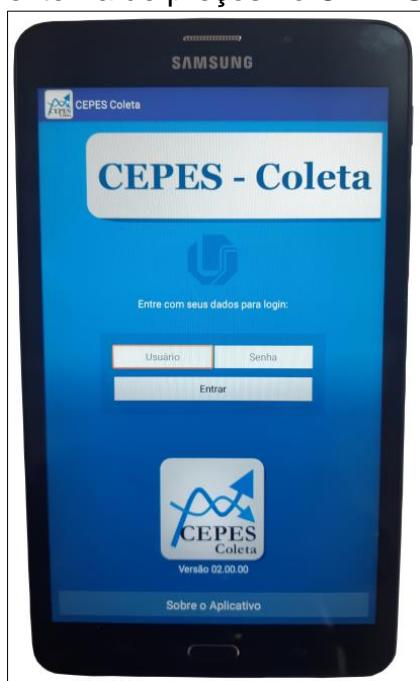
Uma das primeiras etapas dessa reestruturação ocorreu em dezembro de 2015, quando as atividades de coleta externa de dados, que antes eram realizadas por meio dos questionários de preços em aparelhos com sistema operacional *Windows Mobile* (como o PDA), passaram a ser realizadas em dispositivos com sistema operacional *Android* (por exemplo, Tablets)¹¹.

Nesse sentido, ressalta-se que houve, entre os anos de 2014 e 2015, o desenvolvimento de um aplicativo com sistema operacional *Android* para que o Sistema IPC¹² pudesse ser utilizado em dispositivos eletrônicos portáteis. A escolha em alterar o software de coleta e desenvolver o aplicado foi devido ao fato de o *Android* ter se tornado o sistema operacional móvel mais comum e utilizado no mundo. O desenvolvimento desse software ampliou as possibilidades de uso de diversos aparelhos dada a disseminação deste sistema, como também tornou mais barato o custo médio das aquisições. Dessa forma, a partir de dezembro de 2015, os questionários de coleta externa presencial passaram a ser em *Tablets* utilizando o sistema operacional *Android* (Figura 10).

¹¹ A coleta externa de preços é realizada utilizando o Tablet, caso as informações sejam para um produto com especificação completa. Para os produtos que não possuem uma especificação completa, a coleta de preços continua sendo realizada em questionários impressos e, posteriormente, inserida no Sistema IPC.

¹² Importante ressaltar que ao longo das décadas de 2000 e 2010, o CEPES contou com a presença de bolsistas (alunos de graduação da UFU) da área de tecnologia da informação, que contribuíram para o aperfeiçoamento do Sistema IPC.

Figura 10. Tablet usado na coleta externa de preços no CEPES



Fonte: CEPES (2019a).

No Sistema IPC do CEPES, desenvolvido em 2011, há a possibilidade de fazer: i) o controle do banco de informantes/estabelecimentos; ii) a atualização, quando necessária, da cesta de bens e serviços do índice; iii) o relacionamento dos produtos com os informantes; iv) a inserção de dados da coleta externa e interna; v) geração e descarregamento de cargas de coleta externa; vi) movimentação dos dados de todos os meses; vii) garantia da consistência entre dados utilizados no cálculo e dados exportados para análise; vi) o cálculo do índice.

Esse sistema passou por mais aperfeiçoamentos durante essa reestruturação, tendo como novos recursos: i) geração e exportação das tabelas estatística, coleta e movimento; ii) geração e exportação da tabela de resultado do índice a nível de subitem. Atualmente, utiliza-se esse *software* para as principais atividades de elaboração do índice.

A partir do aprimoramento do Sistema IPC tornou-se possível divulgar o índice com desagregação para subitem, bem como os seus respectivos pesos na estrutura. Tal ação permitiu que o índice se tornasse mais transparente para a sociedade, que passou a ter acesso a essas informações por meio da

atualização mensal dos arquivos que contêm esses dados e que estão disponibilizados no site oficial do CEPES.

Outra reestruturação na coleta externa e interna de preços envolveu a definição de quatro períodos claros e bem definidos do mês, sendo denominados de quadrissemanas. Além da determinação de quais estabelecimentos seriam visitados em cada quadrissemana, adotou-se um sistema de georreferenciamento na definição das rotas de coleta. Ademais, realizou-se uma expansão do número de informantes cadastrados na Pesquisa Mensal de Preços.

Menciona-se, ainda, que nessa reestruturação também ocorreram mudanças na forma de coletar os preços de subitens de preços monitorados e na coleta de produtos que não têm especificação completa¹³.

Adicionalmente, atualizou-se a cesta de bens/serviços e a estrutura de ponderação do IPC-CEPES. A partir de 2016, o IPC-CEPES passou a utilizar a cesta de bens/serviços e a estrutura de pesos que compõe o IPC de Belo Horizonte do IBGE, seguindo a POF 2008-2009 do IBGE. A escolha por Belo Horizonte foi “porque as estruturas tributárias das duas cidades compartilham em muito uma mesma dinâmica por pertencerem ao mesmo estado da federação” (CEPES, 2017a).

Assim, mudanças na lista de subitens pesquisados na Pesquisa Mensal de Preços foram realizadas. Antes desta reestruturação, a cesta era composta de 469 subitens e, após a reestruturação, a cesta passou a conter 235 subitens¹⁴, que representam fração importante do orçamento familiar, sendo uma quantidade em conformidade com as observadas para as cidades e regiões metropolitanas do SNIPC. Cabe mencionar que essa coleta de dados da Pesquisa Mensal de Preços do CEPES continuou sendo realizada diariamente durante todas as etapas da reestruturação.

Com base na nova estrutura de ponderação adotada, os pesos dos grupos sofreram alterações e, mais uma vez, registrou-se um decréscimo no valor do peso do grupo Alimentação e bebidas (Tabela 4).

¹³ Para mais detalhes, conferir CEPES (2017b).

¹⁴ As informações completas sobre como foi realizada a atualização da cesta de bens/serviços podem ser encontradas em CEPES (2017a).

Tabela 4. Estrutura de ponderação do índice antes e depois da reestruturação de 2015/2016

Grupos	Peso antes da reestruturação	Peso depois da reestruturação
Alimentação e bebidas	30,49	24,85
Habitação	19,84	18,41
Artigos de residência	7,21	6,77
Vestuário	5,58	7,05
Transportes	16,90	18,93
Saúde e cuidados pessoais	8,99	9,85
Despesas pessoais	6,17	6,75
Educação	2,62	2,41
Comunicação	1,91	4,98
Total	100	100

Fonte: CEPES (2015; 2016).

Além disso, houve alteração nas nomenclaturas dos níveis hierárquicos do índice e na estrutura organizacional dos subitens para que ficassem compatíveis ao INPC do IBGE. Desse modo, o nível hierárquico “produto” passou a ser denominado “subitem”, enquanto o nível “marca” alterou-se para a denominação de “produto”. Entretanto, a organização estrutural do índice continuou sendo composta por nove grupos, conforme tinha sido definida na reestruturação anterior.

Nessa reestruturação também houve uma modernização no método de cálculo do índice. Desde janeiro de 2016, o IPC-CEPES é estimado com base na metodologia do INPC/IBGE, cujas etapas do cálculo estão detalhadas em CEPES (2017b). É importante destacar que a metodologia de cálculo do índice de preços adotada pelo IBGE e pelo CEPES segue os padrões internacionais e fundamentados em *“Consumer price index manual: Theory and Practice”* do International Labour Office et al. (2004).

Para conhecimento, antes dessa reestruturação, o cálculo do índice era realizado da seguinte forma, conforme CEPES (2017a, p.30):

Passo 1: cálculo da média aritmética do preço do Produto no Estabelecimento a partir dos diferentes preços do Produto naquele Estabelecimento;

Passo 2: cálculo da média aritmética do preço do Subitem no Estabelecimento a partir das médias aritméticas de todos os Produtos naquele Estabelecimento que compõe tal Subitem;

Passo 3: cálculo da média aritmética do preço do Subitem a partir das médias aritméticas dos Subitens dadas uma por cada Estabelecimento;

Passo 4: cálculo do relativo das médias aritméticas do Subitem entre um período e outro;

Passo 5: cálculo da variação ponderada do Item a partir do relativo do Subitem e de seu peso no IPC-CEPES produzido no período anterior;
Passo 6: cálculo do resultado do Subgrupo a partir das variações ponderadas dos Subitens que o compõe;
Passo 7: cálculo do resultado do Grupo a partir dos resultados dos Subgrupos que o compõe;
Passo 8: cálculo do resultado do IPC-CEPES a partir dos resultados dos Grupos que o compõe.

A partir da reestruturação, com a adoção da metodologia do IBGE, houve modificações em relação aos passos 2, 3 e 4. Dessa forma, os passos para o cálculo do IPC-CEPES atualmente são:

Passo 1: cálculo da média aritmética do preço do Produto no Estabelecimento a partir dos diferentes preços do Produto naquele Estabelecimento;
Passo 2: cálculo da média aritmética do preço do Produto a partir das médias aritméticas daquele Produto em cada um dos Estabelecimentos;
Passo 3: cálculo do relativo das médias aritméticas dos Produtos entre um período e outro;
Passo 4: cálculo da média geométrica do Subitem a partir dos relativos dos Produtos que o compõe;
Passo 5: cálculo da variação ponderada do Item a partir do relativo do Subitem e de seu peso no IPC-CEPES produzido no período anterior;
Passo 6: cálculo do resultado do Subgrupo a partir das variações ponderadas dos Subitens que o compõe;
Passo 7: cálculo do resultado do Grupo a partir dos resultados dos Subgrupos que o compõe;
Passo 8: cálculo do resultado do IPC-CEPES a partir dos resultados dos Grupos que o compõe. (CEPES, 2017a, p.30-31).

A alteração do método de cálculo também envolveu a adoção da regra de imputação de preços segundo metodologia do IBGE. Antes da reestruturação não se utilizavam essas regras (advindas do SNIPC/IBGE) de imputação de preços no cálculo do IPC-CEPES. Logo, quando não havia coleta de preços do produto no mês de referência, na maioria dos casos, este produto era eliminado (mesmo que, no mês base, houvesse algum preço). Esse procedimento foi substituído pelo utilizado pelo IBGE: quando não houver coleta de preços para algum produto (desde que o motivo não seja a total retirada deste produto no mercado), no mês de referência, faz-se a imputação por repetição de preço anterior ou pela média de preços (do mês de referência) observada nos outros estabelecimentos¹⁵.

¹⁵ A definição de qual regra de imputação será usada dependerá do perfil de especificação do subitem.

Além disso, com a atualização metodológica, passou-se a realizar a geração dos pesos dos subitens a cada mês. Isto é, os pesos dos níveis são resultados diretos da agregação dos pesos dos subitens que os compõem, não estando fixos no tempo. Dessa maneira, os pesos de todos os subitens podem variar de um mês para outro¹⁶.

Nessa última reestruturação da Pesquisa Mensal de Preços do CEPES também foram realizadas a modernização e a adaptação do boletim do IPC-CEPES. Até a data da reestruturação todos os produtos derivados dessa Pesquisa tinham os seus resultados apresentados em um único boletim do CEPES. Este documento apresentava os resultados do IPC-CEPES, da Cesta Básica de Alimentos, do Número de Horas Trabalhadas para a aquisição desta cesta e do Salário Mínimo Necessário.

A partir da reestruturação definiu-se um boletim para os resultados do IPC-CEPES, sendo adotado o padrão do boletim elaborado pelo IBGE na divulgação/publicação dos resultados referentes aos INPC e IPCA, tendo em vista que o IBGE é o órgão de referência na elaboração e publicação de índices de preços no Brasil. Vale ressaltar que também se considerou o boletim/informativo econômico da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia.

Esses dois boletins supracitados não só ajudaram a definir o novo formato do boletim do IPC-CEPES, mas também contribuíram para que houvesse uma expansão do conteúdo contido no boletim. O boletim passou a contar com análises comparativas dos índices de outras cidades e regiões metropolitanas e com novos instrumentais de índices tipológicos, como o índice de difusão e o estabelecimento de resultados para grupamento de subitens a partir da classificação destes em: i) bens e serviços em duráveis, semiduráveis e não duráveis; ii) bens livres e administrados; e iii) comercializáveis e não comercializáveis. Assim, essa reformulação permitiu que o boletim do IPC-CEPES se tornasse alinhado com o boletim do principal órgão produtor de índices de preços no Brasil, o IBGE.

Por fim, salienta-se que a divulgação dos resultados da Pesquisa Mensal de Preços continuou sendo realizada por meio de coletiva de imprensa e com

¹⁶ Para mais conhecimento, conferir CEPES (2017a, 2017b).

atendimentos específicos a cada mídia, a depender das demandas. O diferencial é que, a partir do ano de 2017, houve o desenvolvimento do Informativo CEPES, que é enviado via correio eletrônico para as pessoas interessadas nas publicações do CEPES.

6 Considerações Finais

O Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES) foi fundado em 1977 com o objetivo de realizar pesquisas socioeconômicas e elaborar bases de dados sobre a economia de Uberlândia e região. O trabalho realizado pelo CEPES tem contribuído para o debate público e para a elaboração de políticas públicas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Dentre as tantas pesquisas realizadas pelo Centro, a Pesquisa Mensal de Preços se destaca pela complexidade operacional e pela longevidade. Desde 1979, são coletados diariamente preços dos produtos consumidos pelas famílias überlandenses para o cálculo do Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia (IPC-CEPES).

Nestas quatro décadas de existência, muitas mudanças aconteceram nas atividades relacionadas ao índice. Alterações ocorreram na ponderação, na estrutura, na organização hierárquica, nas ferramentas utilizadas e assim por diante.

Esta publicação buscou realizar um breve levantamento da história da elaboração e divulgação do IPC-CEPES. Para tanto, realizou-se uma ampla revisão da documentação histórica existente e entrevistas com pesquisadores que participaram da Pesquisa Mensal de Preços nestes 40 anos. Contudo, como todo levantamento histórico, este trabalho está sujeito a erros e omissões. Dada a escassez de documentação sobre temas específicos, nem todos os tópicos analisados foram completamente cobertos. Obviamente, o presente texto não representa a interpretação final e definitiva de todos os detalhes das quatro décadas da pesquisa. O estudo apenas sintetiza a melhor interpretação dos autores, com base nos dados disponíveis, acerca dos detalhes sobre a história do índice de preços.

A primeira seção relatou os momentos iniciais da Pesquisa Mensal de Preços. A criação do índice em Uberlândia iniciou-se com convênio firmado com o IPEAD. A instituição parceira forneceu assistência técnica e as ponderações originalmente utilizadas no IPC-CEPES. Adicionalmente, orientou a elaborações da coleta e a análise dos dados.

Nos anos seguintes, a equipe do CEPES trabalhou para consolidar o trabalho realizado e conquistar a opinião pública. Além disso, os esforços do

Centro permitiram firmar uma parceria com o CTI para automatizar a estimativa do IPC-CEPES, isto é, substituir os cálculos realizados manualmente com o auxílio de calculadoras por um engenhoso sistema de processamento de dados por meio do computador de grande porte IBM 9030.

Consolidada a pesquisa, o CEPES se lançou a novos desafios nas décadas seguintes. Como relatado pela seção 3, na década de 1990, os pesquisadores já elaboravam diferentes projetos para melhorar o funcionamento do Centro e para realizar uma Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) própria em Uberlândia. A documentação existente não permite avaliar completamente os resultados, mas revelam importantes avanços realizados. Os esforços auxiliaram na obtenção de microcomputadores que permitiram melhorias em diversas atividades, dentre elas a inserção de preços no computador de grande porte, a conferência dos dados e dos cálculos realizados e a elaboração dos boletins.

Por outro lado, a realização do objetivo de internalizar, no CEPES, todas as etapas de cálculo só foi possível nos anos seguintes. Também o projeto de POF para Uberlândia apenas avançou nos anos subsequentes. A seção 4 revelou que uma nova parceria com o CTI tornou possível a implementação do Sistema IPC para microcomputadores em 2001, que permitiu abandonar o antigo computador de grande porte. Por outro lado, a POF precisou ser paralisada em 2003 pela falta de recursos financeiros e temporais, porém o desejo de realizar uma POF para o município nunca desapareceu.

Ainda em 2001 foi realizada uma atualização dos pesos com base na POF realizada pelo IBGE. Os novos pesos tornaram o índice elaborado mais compatível com o real padrão de consumo. Todavia, a estrutura permaneceu distante daquela utilizada pelo IBGE. Tal problema apenas foi resolvido após uma reestruturação que reorganizou a hierarquia em nove grupos e tornou possível a comparação com os índices elaborados pelo IBGE.

Na década seguinte uma nova reestruturação foi realizada para tornar o índice de Uberlândia ainda mais adequado às recomendações internacionais. Como revelado pela seção 5, a partir de 2016, o IPC-CEPES passou a utilizar a cesta de bens e serviços e a estrutura de pesos do INPC para Belo Horizonte, seguindo a POF 2008-2009, e modernizou o método de cálculo do índice.

Dentre as outras alterações importantes realizadas, é possível citar: divisão da coleta em quadrissemanas; definição das rotas de coletas via georreferenciamento; mudanças na lista de subitens pesquisados; alteração nas nomenclaturas dos níveis hierárquicos do índice e na estrutura organizacional dos subitens; adoção da regra de imputação de preços; atualização mensal dos pesos; modernização e adaptação do boletim do IPC-CEPES.

Os poucos detalhes levantados pelo presente texto indicam que a Pesquisa Mensal de Preços é um trabalho contínuo, isto é, a equipe trabalha diariamente não apenas para estimar o IPC-CEPES, mas também para torná-lo mais adequado à realidade überlandense. A revisão permitiu mostrar os diversos esforços para realizar uma POF no município e exemplificar as dificuldades que poderão ser enfrentadas em novas tentativas de realizar uma pesquisa tão complexa.

Além disso, a dedicação ilustrada por estas páginas ainda acompanham o CEPES e revelam o compromisso da instituição com as pesquisas realizadas, indicando que não foi por obra do acaso que se tornou referência em estudos, análises e projetos na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Cabe ainda ressaltar que a elaboração e divulgação do IPC-CEPES só foi e ainda é possível graças à colaboração das empresas locais, que compartilham informações relacionadas aos preços dos 235 subitens coletados. Ademais, destaca-se também o papel da imprensa de Uberlândia, que colabora todos os meses na divulgação dos resultados desta e das outras pesquisas realizadas pelo Centro.

Por fim, vale destacar que este trabalho, apesar de sua simplicidade e incompletude, representa os esforços dos atuais pesquisadores do CEPES em homenagear todos aqueles que trabalharam para garantir o sucesso da Pesquisa Mensal de Preços. Sem os esforços de cada uma dessas pessoas não teria sido possível manter ininterruptamente, por 40 anos, uma pesquisa tão ampla e complexa como esta.

Referências

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso:** dois séculos de política econômica no Brasil. 2a. edição. Rio de Janeiro: Editora Campus-Elsevier, 2014.

BERTOLUCCI Jr. L. **Estudo do Índice de Preços ao Consumidor do Município de Uberlândia (IPC-UDI).** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1995.

BRASIL. Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994. Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1994a. Disponível em: <<https://bit.ly/2MdDwZT>>. Acesso em: 17 out. 2019.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Os índices de preços ao consumidor na transição para o real.** Rio de Janeiro, 1994b. Disponível em: <<https://bit.ly/2W70qXU>>. Acesso em: 17 out. 2019.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF. O que é.** Disponível em: <<https://bit.ly/2Np1G51>>. Acesso em 30 out. 2019.

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES). **Boletim do Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia.** Uberlândia, 1979.

_____. **Boletim do Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia.** Uberlândia, janeiro 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/32sudfr>>. Acesso em: nov. de 2019.

_____. **Boletim do Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia.** Uberlândia, janeiro 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/33wkWnR>>. Acesso em: nov. de 2019.

_____. **Boletim do Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia.** Uberlândia, dezembro 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2CnsHAN>>. Acesso em: nov. de 2019.

_____. **Banco de Dados do IPC-CEPES** – dados de 2016. 2016.

_____. **Relatório final da reestruturação e modernização da Pesquisa Mensal de Preços e do Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia - 2016,** Uberlândia, 2017a. 55 p. Relatório.

_____. **Guia Metodológico: Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia – IPC-CEPES.** Uberlândia, 2017b.

_____. [sem título]. Acervo do CEPES. 2019a.

. **Uberlândia - Painel de Informações Municipais Uberlândia / 2019:**
UFU EM DESTAQUE. Uberlândia-MG: Centro de Estudos, Pesquisas e
Projetos Econômico-sociais/Instituto de Economia e Relações
Internacionais/Universidade Federal de Uberlândia, 2019b. 162 p. Disponível
em: <<http://www.ieri.ufu.br/CEPES>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

DICAS PARA COMPUTADOR. A história e o futuro do Disco Rígido – HD (Hard Disk).
2011. Disponível em: <<https://bit.ly/31BcBO5>>. Acesso em: 14 out. 2019.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE; INTERNATIONAL MONETARY FUND;
ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT;
STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN COMMUNITIES (EUROSTAT);
UNITED NATIONS ECONOMIC; THE WORLD BANK. **Consumer price index
manual: Theory and Practice.** Geneva, International Labour Office, 2004.
Disponível em: <<https://goo.gl/cUIeT6>>. Acesso em: dez. 2015.

JORNADAT. Emuladores de terminal para mainframes. 2016. Disponível em:
<<https://bit.ly/33wuvDc>>. Acesso em: 14 out. 2019.

PESSOA, O. CP500 m80c sair de cmd. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2MEosq6>>. Acesso em: 14 out. 2019.

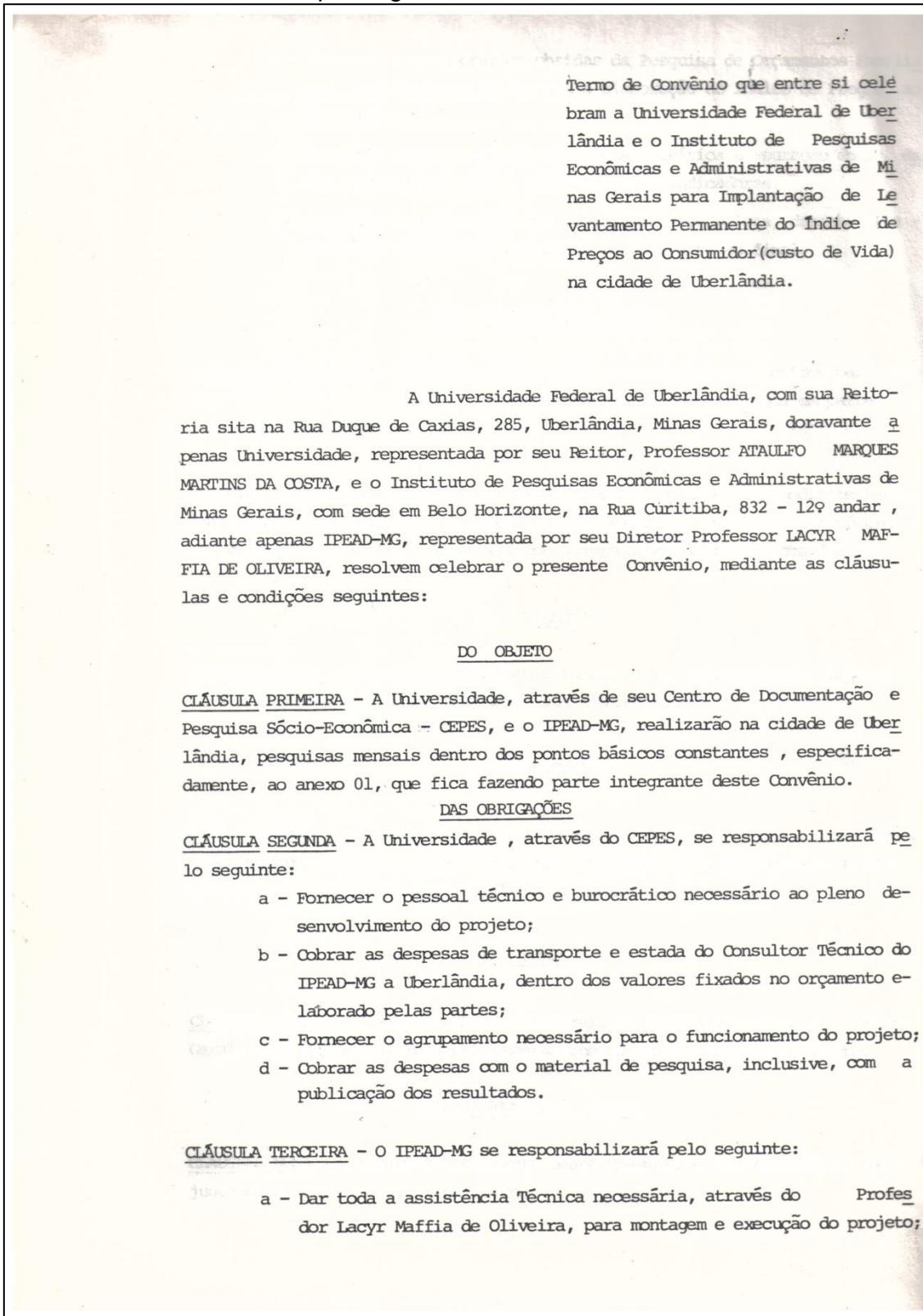
PRAHATRAVEL. IBM Personal Computer XT. 2018. Disponível em:
<<https://bit.ly/31lpICq>>. Acesso em: 14 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU) **Termo de convênio que
entre si fazem a Universidade Federal de Uberlândia e o Instituto de
Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais.
[1978?].**

UNIVERSITY OF KENTUCKY. IBM 3090-600J. (s.d.). Disponível em:
<<https://bit.ly/33uAQip>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

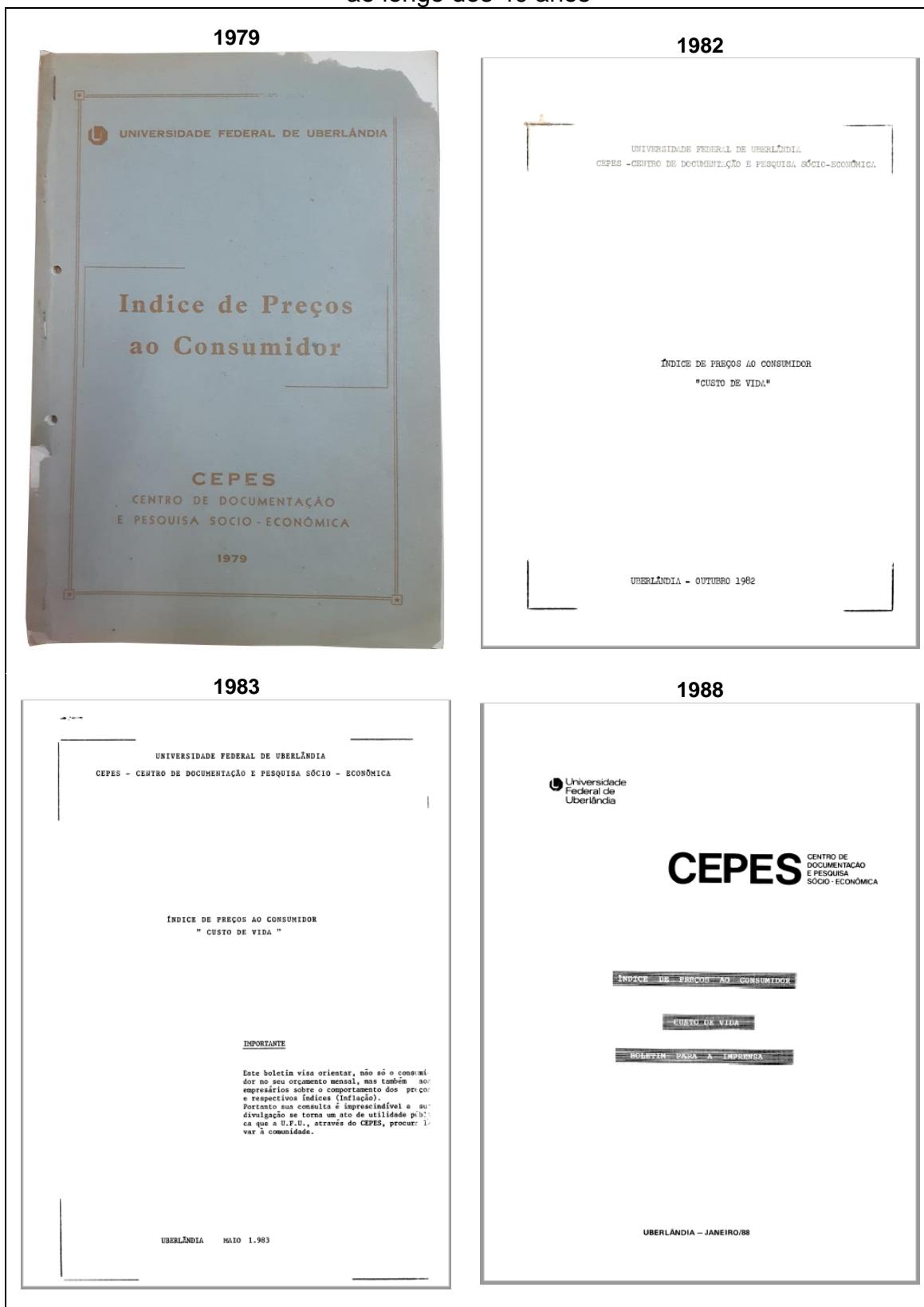
Apêndice A

Figura A.1. Convênio UFU-IPEAD que originou o IPC-CEPES



Fonte: CEPES (2019a).

Figura A.2. Conjunto de modelos de capas do boletim do IPC-CEPES ao longo dos 40 anos



continua

continuação

1990

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
 DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
 CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA SOCIO-ECONÔMICA

DF. N° 13/90 - CIRCULAR
 EM: 05 /90
 DE: 06 VTE DE PESQUISA DO CEPES/UFU
 PARA: JARIOS DO BOLETIM DO IPC-UBERLÂNDIA

PREZADOS SENHORES

ESTAMOS ENCAMINHANDO EM ANEXO O BOLETIM DO ÍNDICE DE
 PREÇOS AO CONSUMIDOR PARA UBERLÂNDIA (IPC-UDI) REFERENTE AO MÊS DE
 EVEREIRO DE 1990.

ATENCIOSAMENTE



JOSÉ HENRIQUE DANTAS GARIPP
 BERNARTE DE PESQUISA DO CEPES/UFU

1996

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
 DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA SÓCIO-ECONÔMICA

[IPC / CEPES - SETEMBRO / 1996]**E OUTROS INDICADORES**

Uberlândia - setembro/1996

1997


 UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
 DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CEPES
 CENTRO DE ESTUDOS,
 PESQUISAS E PROJETOS ECONÔMICO-SOCIAIS

BOLETIM DE DIVULGAÇÃO DO
IPC/UDI
 ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR
 DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

SETEMBRO / 1997

Uberlândia, 07 de outubro de 1997

1999


 Universidade Federal de Uberlândia


**IPC/Udi**

NOVEMBRO DE 1999

Uberlândia
 3 de Dezembro de 1999

conclusão

2002	2004																																																																																																																																
 <p>Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia Calculado pelo Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais</p>  <p>Boletim do IPC/Cepes Janeiro de 2002</p> <p>Uberlândia - MG, fevereiro de 2002</p>	 <p>Publicação Mensal do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais MAIO / 2004</p> <p>INDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR DE UBERLÂNDIA-MG</p> <p>O índice de preços ao consumidor de Uberlândia (IPC/CEPES) registrou, no mês de maio/2004, a variação de 0,27%. Com este resultado, a inflação acumula no ano 3,72% e, para os últimos doze meses, chega aos 4,87%. A variação acumulada desde a implantação do Plano Real, em julho de 1994, totaliza 143,05%.</p> <p>Os Grupos que compõem o IPC/CEPES apresentam as seguintes variações, em relação ao mês anterior:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Alimentação</th> <th>(-0,03%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Produtos Não Alimentares</td> <td>(0,39%)</td> </tr> <tr> <td>Serviços Públicos e Utilidade Pública</td> <td>(0,16%)</td> </tr> <tr> <td>Outros Serviços</td> <td>(0,75%)</td> </tr> </tbody> </table> <p>O Índice de Preços ao Consumidor da cidade de Uberlândia (IPC/CEPES), estado de Minas Gerais, é elaborado mensalmente, desde 1979, pelo Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais com a finalidade de indicar as variações nos preços dos bens e serviços que compõem o orçamento doméstico compreendido na faixa de renda familiar de um a três salários mínimos. Parte do IPC/CEPES, os resultados são calculados e divulgados, mensalmente, a Cesta Básica, o Salário Mínimo Necessário e a Cesta de Consumo Familiar.</p> <p>Índice de Preços ao Consumidor - IPC/CEPES - Uberlândia - MG</p> <p>GUADRO GERAL - Maio/2004</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>GRUPOS</th> <th>Mai/2004</th> <th>Mai/2003</th> <th>2004</th> <th>Variações Simples</th> <th>Variações Acumuladas</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1. ALIMENTAÇÃO</td> <td>-0,03</td> <td>0,27</td> <td>3,72</td> <td>-0,03%</td> <td>3,72%</td> </tr> <tr> <td>1.1 - NA RESIDÊNCIA</td> <td>-0,01</td> <td>0,36</td> <td>0,59</td> <td>-0,07%</td> <td>4,87%</td> </tr> <tr> <td>1.1.1 - PROD. INDUSTRIALIZADOS</td> <td>-0,02</td> <td>3,36</td> <td>-1,36</td> <td>6,76</td> <td>0,18</td> </tr> <tr> <td>1.1.2 - PROD. ELABOR. PRIMÁRIA</td> <td>0,02</td> <td>-1,37</td> <td>7,34</td> <td>-4,11</td> <td>5,18</td> </tr> <tr> <td>1.1.3 - PROD. SERVIÇOS</td> <td>0,04</td> <td>0,47</td> <td>0,61</td> <td>0,61</td> <td>1,25</td> </tr> <tr> <td>1.2 - FORA DA RESIDÊNCIA</td> <td>-0,11</td> <td>0,16</td> <td>-0,65</td> <td>2,04</td> <td>3,36</td> </tr> <tr> <td>2 - PRODUTOS NÃO ALIMENTARES</td> <td>0,39</td> <td>1,24</td> <td>0,16</td> <td>4,22</td> <td>9,02</td> </tr> <tr> <td>2.1 - ARTIGOS DE RESIDÊNCIA</td> <td>0,16</td> <td>0,44</td> <td>-0,49</td> <td>0,43</td> <td>3,67</td> </tr> <tr> <td>2.2 - ELETRODOMÉSTICO</td> <td>0,04</td> <td>0,40</td> <td>0,00</td> <td>0,36</td> <td>0,36</td> </tr> <tr> <td>2.3 - OUTROS PRODUTOS</td> <td>0,21</td> <td>1,36</td> <td>0,28</td> <td>4,99</td> <td>11,36</td> </tr> <tr> <td>2.4 - PRODUTOS FARMACÊUTICOS</td> <td>0,22</td> <td>0,17</td> <td>0,61</td> <td>6,37</td> <td>9,36</td> </tr> <tr> <td>3 - SERV. PÚBLICOS E UTILIDADE PÚBLICA</td> <td>0,16</td> <td>4,36</td> <td>11,31</td> <td>4,68</td> <td>7,35</td> </tr> <tr> <td>4 - OUTROS SERVIÇOS</td> <td>0,05</td> <td>0,05</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>4.1 - SERVIÇOS MÉDICOS</td> <td>0,92</td> <td>-0,04</td> <td>-0,73</td> <td>0,30</td> <td>15,38</td> </tr> <tr> <td>4.2 - SERVIÇOS DOMICILIARES</td> <td>1,19</td> <td>-0,47</td> <td>2,36</td> <td>1,90</td> <td>2,42</td> </tr> <tr> <td>4.3 - SERVIÇOS PESSOAIS</td> <td>-0,17</td> <td>1,20</td> <td>4,66</td> <td>4,63</td> <td>6,76</td> </tr> <tr> <td>4.4 - EDUCAÇÃO E ENTRETENIMENTO</td> <td>0,44</td> <td>0,03</td> <td>2,01</td> <td>1,43</td> <td>11,83</td> </tr> <tr> <td>4.5 - VEÍCULO PRÓPRIO</td> <td>0,11</td> <td>0,15</td> <td>0,12</td> <td>0,00</td> <td>0,19</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>0,27</td> <td>1,29</td> <td>1,76</td> <td>3,72</td> <td>4,87</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fonte: CEPES/UFU</p>	Alimentação	(-0,03%)	Produtos Não Alimentares	(0,39%)	Serviços Públicos e Utilidade Pública	(0,16%)	Outros Serviços	(0,75%)	GRUPOS	Mai/2004	Mai/2003	2004	Variações Simples	Variações Acumuladas	1. ALIMENTAÇÃO	-0,03	0,27	3,72	-0,03%	3,72%	1.1 - NA RESIDÊNCIA	-0,01	0,36	0,59	-0,07%	4,87%	1.1.1 - PROD. INDUSTRIALIZADOS	-0,02	3,36	-1,36	6,76	0,18	1.1.2 - PROD. ELABOR. PRIMÁRIA	0,02	-1,37	7,34	-4,11	5,18	1.1.3 - PROD. SERVIÇOS	0,04	0,47	0,61	0,61	1,25	1.2 - FORA DA RESIDÊNCIA	-0,11	0,16	-0,65	2,04	3,36	2 - PRODUTOS NÃO ALIMENTARES	0,39	1,24	0,16	4,22	9,02	2.1 - ARTIGOS DE RESIDÊNCIA	0,16	0,44	-0,49	0,43	3,67	2.2 - ELETRODOMÉSTICO	0,04	0,40	0,00	0,36	0,36	2.3 - OUTROS PRODUTOS	0,21	1,36	0,28	4,99	11,36	2.4 - PRODUTOS FARMACÊUTICOS	0,22	0,17	0,61	6,37	9,36	3 - SERV. PÚBLICOS E UTILIDADE PÚBLICA	0,16	4,36	11,31	4,68	7,35	4 - OUTROS SERVIÇOS	0,05	0,05	0,00	0,00	0,00	4.1 - SERVIÇOS MÉDICOS	0,92	-0,04	-0,73	0,30	15,38	4.2 - SERVIÇOS DOMICILIARES	1,19	-0,47	2,36	1,90	2,42	4.3 - SERVIÇOS PESSOAIS	-0,17	1,20	4,66	4,63	6,76	4.4 - EDUCAÇÃO E ENTRETENIMENTO	0,44	0,03	2,01	1,43	11,83	4.5 - VEÍCULO PRÓPRIO	0,11	0,15	0,12	0,00	0,19	TOTAL	0,27	1,29	1,76	3,72	4,87
Alimentação	(-0,03%)																																																																																																																																
Produtos Não Alimentares	(0,39%)																																																																																																																																
Serviços Públicos e Utilidade Pública	(0,16%)																																																																																																																																
Outros Serviços	(0,75%)																																																																																																																																
GRUPOS	Mai/2004	Mai/2003	2004	Variações Simples	Variações Acumuladas																																																																																																																												
1. ALIMENTAÇÃO	-0,03	0,27	3,72	-0,03%	3,72%																																																																																																																												
1.1 - NA RESIDÊNCIA	-0,01	0,36	0,59	-0,07%	4,87%																																																																																																																												
1.1.1 - PROD. INDUSTRIALIZADOS	-0,02	3,36	-1,36	6,76	0,18																																																																																																																												
1.1.2 - PROD. ELABOR. PRIMÁRIA	0,02	-1,37	7,34	-4,11	5,18																																																																																																																												
1.1.3 - PROD. SERVIÇOS	0,04	0,47	0,61	0,61	1,25																																																																																																																												
1.2 - FORA DA RESIDÊNCIA	-0,11	0,16	-0,65	2,04	3,36																																																																																																																												
2 - PRODUTOS NÃO ALIMENTARES	0,39	1,24	0,16	4,22	9,02																																																																																																																												
2.1 - ARTIGOS DE RESIDÊNCIA	0,16	0,44	-0,49	0,43	3,67																																																																																																																												
2.2 - ELETRODOMÉSTICO	0,04	0,40	0,00	0,36	0,36																																																																																																																												
2.3 - OUTROS PRODUTOS	0,21	1,36	0,28	4,99	11,36																																																																																																																												
2.4 - PRODUTOS FARMACÊUTICOS	0,22	0,17	0,61	6,37	9,36																																																																																																																												
3 - SERV. PÚBLICOS E UTILIDADE PÚBLICA	0,16	4,36	11,31	4,68	7,35																																																																																																																												
4 - OUTROS SERVIÇOS	0,05	0,05	0,00	0,00	0,00																																																																																																																												
4.1 - SERVIÇOS MÉDICOS	0,92	-0,04	-0,73	0,30	15,38																																																																																																																												
4.2 - SERVIÇOS DOMICILIARES	1,19	-0,47	2,36	1,90	2,42																																																																																																																												
4.3 - SERVIÇOS PESSOAIS	-0,17	1,20	4,66	4,63	6,76																																																																																																																												
4.4 - EDUCAÇÃO E ENTRETENIMENTO	0,44	0,03	2,01	1,43	11,83																																																																																																																												
4.5 - VEÍCULO PRÓPRIO	0,11	0,15	0,12	0,00	0,19																																																																																																																												
TOTAL	0,27	1,29	1,76	3,72	4,87																																																																																																																												
2017	 <p>BOLETIM IPC-CEPES ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR DE UBERLÂNDIA</p> <p>Ano 38 – Nº 9 – Dezembro de 2017</p>																																																																																																																																
2019	 <p>BOLETIM IPC-CEPES ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR DE UBERLÂNDIA</p> <p>Ano 40 – Nº 09 – Setembro de 2019</p>																																																																																																																																

Fonte: CEPES (2019a).